



RELATÓRIO E CONTAS 2021

TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO



TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 12º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Relatório de Gestão	6
1. Números da Intermodalidade	7
2. A Pandemia SARS-COV 2	8
3. Factos relevantes em 2021	9
3.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	9
3.2. Alterações Tarifárias	10
3.3. Alterações dos Títulos Comercializados	11
3.4. Cartões Bancários EMVco no Sistema Intermodal Andante	11
3.5. Nova API Andante (APex)	12
3.6. Requisição online de cartões Sub23 para estudantes da Universidade do Porto	13
3.7. Parceria com Câmaras Municipais da AMP	13
3.8. MaaS (Mobility as a Service)	14
3.9. Alterações na Rede de Vendas	14
3.10. Modelo Organizacional e de Negócio	15
4. Caracterização da Rede Intermodal Andante	16
5. Atividade Comercial 2021	18
5.1. Validações	18
5.2. Quantidades Vendidas	21
5.3. Receita Intermodal	21
5.4. APP ANDA	23
5.5. Comunicação com o cliente	25
6. Auditorias à Atividade do TIP	29
6.1. Inspeção Geral de Finanças	29
7. O TIP e os seus Colaboradores	30
7.1. Estrutura Organizacional	30
7.2. Recursos Humanos	31
8. O TIP e as suas Agrupadas	32
8.1. Estrutura Societária	32
8.2. Composição dos Órgãos Sociais	32

8.3.	Modelo de Governo do TIP _____	34
9.	Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado _____	35
9.1.	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento _____	35
9.2.	Gestão do Risco Financeiro _____	35
9.3.	Limite de Crescimento do Endividamento _____	36
9.4.	Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso _____	36
9.5.	Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2020 _____	36
9.6.	Remunerações _____	36
9.7.	Aplicação do Estatuto de Gestor Público _____	39
9.8.	Realização de despesas não documentadas ou confidenciais _____	40
9.9.	Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens _____	40
9.10.	Relatório anual sobre prevenção da Corrupção _____	41
9.11.	Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública _____	41
9.12.	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas _____	41
9.13.	Medidas de redução de gastos operacionais _____	41
9.14.	Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria _____	41
9.15.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado _____	42
9.16.	Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos _____	43
9.17.	Divulgação de Informação _____	43
10.	Desempenho Económico e Financeiro _____	44
10.1.	Introdução _____	44
10.2.	Situação Patrimonial _____	45
10.3.	Resultados _____	47
10.4.	Gestão de riscos _____	48
10.5.	Eventos Subsequentes _____	49
10.6.	Informação adicional COVID-19 _____	49
10.7.	Proposta de Aplicação dos Resultados _____	49
	Perspetivas para 2022 _____	51
	Contas do Exercício de 2021 _____	55
	Anexos _____	85
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria _____	96

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021, ainda que marcado pelos efeitos nefastos da Pandemia COVID 19 e muito particularmente pelas vagas, respetivos confinamentos e medidas restritivas que se foram sucedendo, particularmente impactantes no domínio da Mobilidade, confirmou a mensagem de esperança objeto do último parágrafo do texto que escrevi para o relatório e contas de 2020.

Tendo como referência essa afirmação, durante o ano de 2021, apesar das dificuldades impostas pela pandemia e a disrupção na normalidade do quotidiano das cidadãs e cidadãos da área metropolitana do Porto, foi possível encetar a recuperação das perdas sentidas no ano anterior, porquanto, ainda que não totalmente, se retomou a trajetória de reforço da utilização dos transportes públicas enquanto espinha dorsal de qualquer sistema, ecossistema, logo sustentável, de mobilidade.

Estando o desempenho do TIP, Transportes Intermodais do Porto, alinhados e sendo proporcionalmente dependentes do comportamento do sistema, em 2021 assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de procura e consequentemente dos resultados financeiros da empresa.

Com efeito, salienta-se o crescimento de 9,5% face a 2020 do número de validações totais do sistema intermodal, tendo-se atingido os 116,31 Milhões de Validações, verificando-se igual tendência ao nível dos cartões vendidos e títulos carregados, tendo-se registado ao nível das assinaturas, indicador importante porquanto traduz um padrão de mobilidade, um aumento de 8,47%.

Tal desempenho operacional traduz-se na vertente financeira numa melhoria do EBITDA em 54,19% para um valor de 835.385€ e num resultado líquido do período de 47.471€ correspondendo a uma melhoria, face a 2020, de 124,53%, invertendo o resultado negativo do ano anterior.

Mas, se quantitativamente os resultados obtidos em 2021 foram globalmente positivos, na vertente qualitativa, ao nível das ações, o ano também o foi.

Assim, em 2021, para além do lançamento da assinatura mensal Andante Antigos Combatentes, foi ainda possível avançar com o estabelecimento de um protocolo de parceria tecnológica com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa para o desenvolvimento da API APEX Andante que permitirá, baseado na normalização de interfaces e modelos de parametrização, a adesão facilitada de outros operadores, supra-região, ao sistema intermodal. Ainda no domínio tecnológico salienta-se ainda o desenvolvimento de uma solução de renovação online dos perfis SUB23 dos estudantes da Universidade do Porto, bem como a concretização do projeto piloto de uma solução open loop para utilização de cartões bancários (VISA e MasterCard) no sistema intermodal Andante fruto de uma parceria com a VISA.

Naturalmente, o sucesso do TIP, enquanto ACE que gere o sistema intermodal Andante, depende da contribuição de um conjunto muito alargado de agentes a quem importa agradecer. Aos parceiros, operadores, fornecedores, autarquias locais um agradecimento pela confiança que na organização depositam. Sabemos bem da importância deste ACE para o projeto de mobilidade integrado, multimodal e hiperconectado que se pretende construir para a região.

Por último, e porque a prossecução dos objetivos e projetos do TIP depende do labor diário de uma equipa, gostaria de agradecer penhoradamente a todos os trabalhadores da empresa, que pela sua entrega e compromisso garantem o funcionamento do sistema intermodal Andante. Em nome do conselho de administração que represento, muito obrigado!

Tiago Braga

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal				
	2019	2020	2021	Δ 20/21
MP	71,49	39,49	41,68	5,55%
STCP	69,47	43,56	47,96	10,10%
CP	8,40	5,97	6,33	6,06%
Outros Operadores	26,13	17,17	20,34	18,46%
(Unidade: milhões)	175,50	106,19	116,31	9,53%

Estrutura de validações por operador				
	2019	2020	2021	Δ 20/21
MP	40,73%	37,19%	35,84%	-3,63%
STCP	39,59%	41,02%	41,23%	0,51%
CP	4,79%	5,62%	5,44%	-3,17%
Outros Operadores	14,89%	16,17%	17,49%	8,15%

Utilização Títulos Transporte				
	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos Viagem	1,27	1,26	1,30	3,17%
Assinaturas totais	59,18	58,69	54,22	-7,62%
(Média Mensal) Assinaturas normais	59,81	58,66	55,46	-5,46%

Valor médio por validação				
	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos de Viagem	1,07	1,09	1,04	-4,59%
Títulos de Assinatura totais	0,52	0,50	0,54	8,00%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,62	0,60	0,63	5,00%

Quantidade de cartões vendidos				
	2019	2020	2021	Δ 20/21
Andante Azul	3 229,1	1 246,9	1 572,2	26,09%
Andante PVC	177,0	85,6	106,8	24,74%
(Unidade: milhares)	3 406,1	1 332,5	1 679,0	26,00%

Quantidade de títulos carregados				
	2019	2020	2021	Δ 20/21
Títulos de Viagem	26 900,3	13 858,7	16 035,1	15,70%
Títulos de Assinatura totais	2 381,8	1 619,2	1 756,3	8,47%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	1 072,6	783,9	819,8	4,58%

Peso Canal de Vendas				
	2019	2020	2021	Δ 20/21
MVAs rede MP	42,54%	37,14%	38,59%	-5,41 pp
Payshop	28,11%	35,88%	33,91%	7,76 pp
Pagaqui	1,86%	0,00%		
Lojas Andante	13,47%	10,84%	10,55%	-2,63 pp
SIBS	2,91%	4,64%	5,08%	1,73 pp
CP Porto	5,31%	5,58%	5,87%	0,27 pp
MVAs rede CP	4,00%	4,40%	4,28%	0,40 pp
Revendedores	0,72%	0,49%	0,53%	-0,23 pp
Privados	0,57%	0,53%	0,52%	-0,04 pp
Anda	0,45%	0,50%	0,60%	0,05 pp
STCP	0,06%	0,01%	0,00%	-0,04 pp

Resultados (em SNC)				
	2019	2020	2021	Δ 20/21
Operacionais	2 286 279	-174 137	72 262	141,50%
Financeiros	-8 415	-15 837	-23 258	-46,85%
Líquidos	2 277 260	-193 486	47 471	124,53%
(Unidade: milhares €) EBITDA	2 999 253	541 795	835 385	54,19%

2. A Pandemia SARS-COV 2

O ano de 2021 fica marcado pela pandemia Covid-19 e pelo surgimento de novas variantes do vírus Sars Cov 2.

Apesar de terem sido implementados diversos confinamentos, o ano de 2021, apresentou já alguns sinais de recuperação com a economia portuguesa a crescer 4,8%, aproximando-se do nível pré-pandemia no final do ano.

Foram administradas em todo o mundo mais de 8,5 mil milhões de doses de vacinas, salvando milhões de vidas.

Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e os avanços no processo de vacinação, com efeitos positivos nas mais diversas áreas entre as quais a utilização do transporte público.

3. Factos relevantes em 2021

3.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O exercício de 2021 regista um total de 126,6 milhões de validações nos transportes públicos¹ da Área Metropolitana do Porto [AMP], refletindo um crescimento de 9,1% dando assim início a um novo período de retoma na utilização do transporte público pelas razões explanadas no ponto 2.

As validações de títulos intermodais Andante totalizam 116,3 milhões de utilizações o que se traduz numa subida de 9,5% face ao período homólogo do ano anterior.

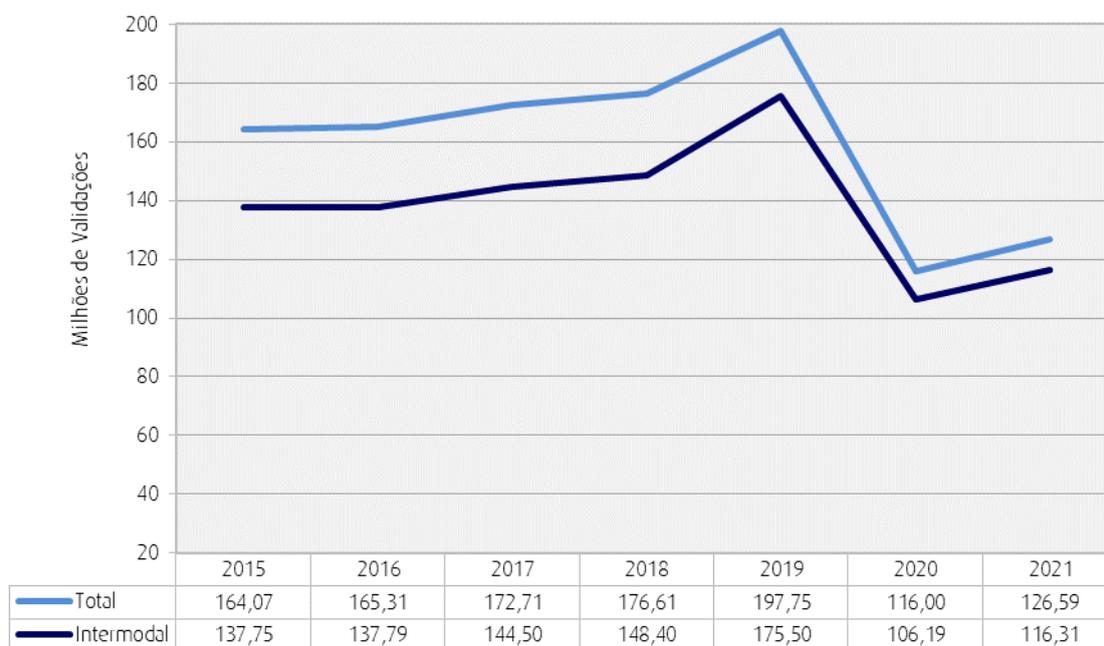


Figura 1 - Evolução da Procura de Transporte Público

¹ Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

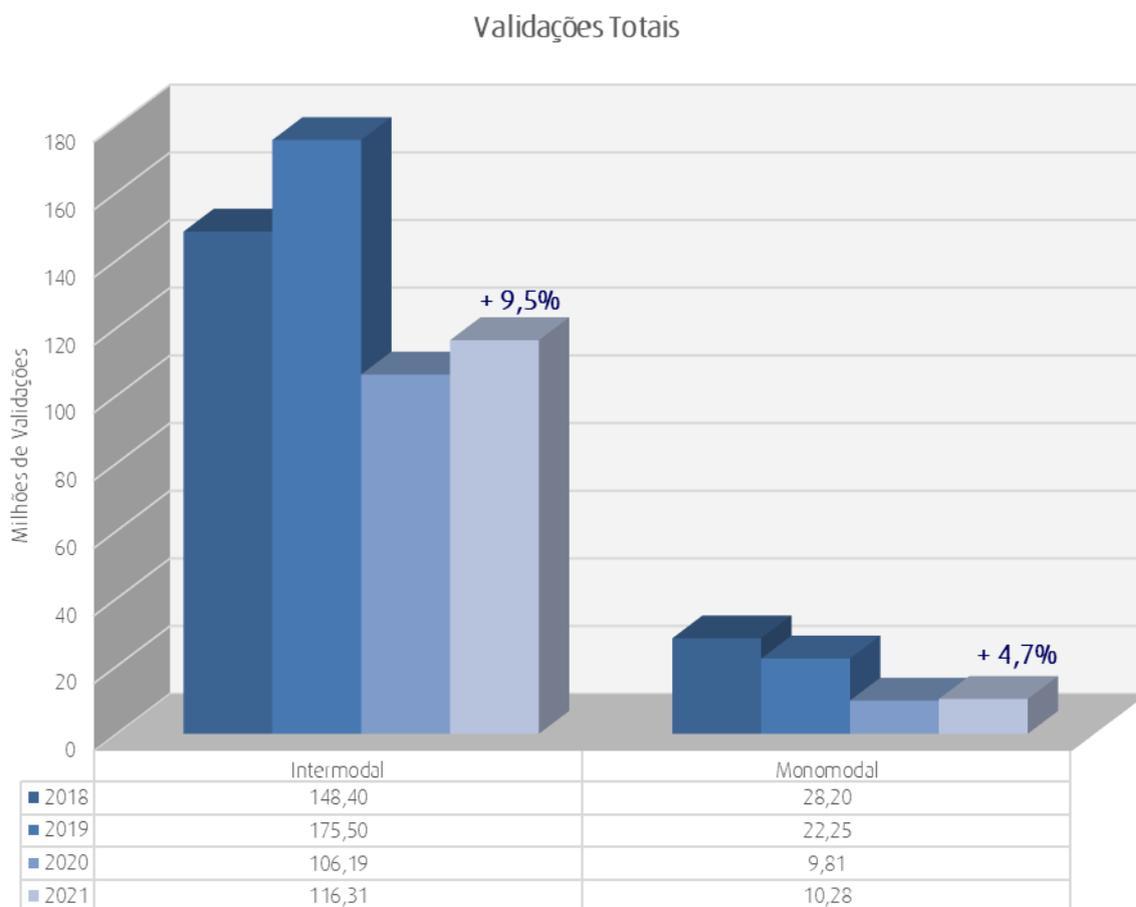


Figura 2 - Evolução da Procura Intermodal e Monomodal

O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de novembro, com aproximadamente 13,7 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 10 de novembro de 2021, quarta-feira, com, aproximadamente, 587 mil validações.

3.2. Alterações Tarifárias

A Comissão Executiva Metropolitana do Porto determinou não aplicar qualquer alteração da Taxa de Atualização Tarifária em 2021 nos serviços de transporte público da sua competência, tendo-se mantido inalteradas as tarifas Andante face ao ano anterior.

3.3. Alterações dos Títulos Comercializados

A 5 de novembro ocorreu o lançamento da assinatura mensal Andante Antigos Combatentes destinada aos titulares do cartão de Antigo Combatente e de viúva(o) de Antigo Combatente, com residência fiscal num dos 17 Municípios da Área Metropolitana do Porto.

Esta assinatura é gratuita na modalidade Metropolitano para os clientes com perfil 3ª idade e na modalidade Municipal para os clientes com perfil normal.

3.4. Cartões Bancários EMVco no Sistema Intermodal Andante

A 22 de junho de 2021 o TIP colocou em funcionamento um piloto (Fase 1) de uma solução “Open-Loop” para utilização de cartões bancários (VISA e MasterCard) no Sistema Intermodal Andante. Esta solução, pioneira em Portugal, é particularmente adequada aos clientes ocasionais, tendo os turistas como alvo principal, permitindo a utilização, quer de cartões bancários físicos (plástico), quer de smartphones ou smartwatches, através dos mecanismos Apple Pay, Google Pay e outros.

Embora na Fase 1 este piloto abranja apenas a linha 500 da STCP e um pequeno conjunto de estações da Linha E do Metro do Porto, num total de cerca de 40 validadores, tem tido uma grande projeção internacional pela mão da VISA, parceiro do TIP, tendo sido utilizado de forma regular e consistente.

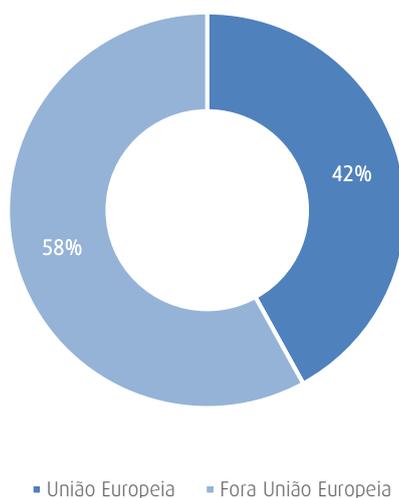


Figura 3 – Distribuição UE e Fora UE

Os gráficos aqui apresentados, testemunham a validade do mercado turístico como alvo principal desta solução, tendo representado uma percentagem a rondar os 80%, ainda que, muito provavelmente, bastante influenciada pelas linhas (MP e STCP) escolhidas para o arranque do piloto, de cariz turístico marcante.

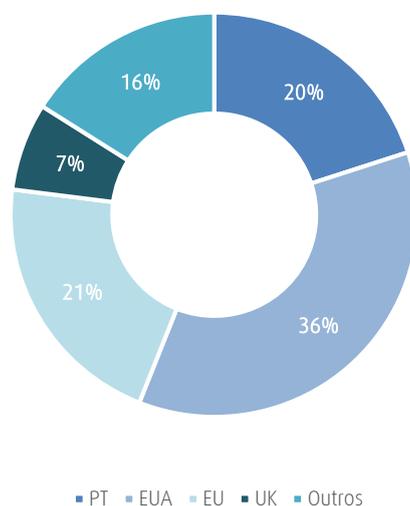


Figura 4 – Principais Mercados de proveniência dos clientes

Nos 6 meses de duração do piloto, desde o seu arranque até ao final de 2021, contabilizaram-se cerca de 32 000 validações/taps (valor médio mensal de 5 300) feitas com cerca de 21 000 cartões/clientes distintos, o que equivale a um valor médio de 1,54 validações/cliente.

O TIP previa iniciar, ainda durante 2021, uma expansão da Fase 1 deste projeto à totalidade da rede do Metro do Porto, que acabou por ficar comprometida pelo atraso no fornecimento dos novos validadores deste operador, motivado pela escassez que se tem verificado no mercado dos circuitos integrados (chips) com impacto em toda a produção de eletrónica a nível mundial.

3.5. Nova API Andante (APex)

O TIP apontava a migração da API Andante para a nova versão APEX como um dos objetivos estruturantes para 2021, não tendo, no entanto, sido reunido as condições para o fazer.

Ainda assim, e atendendo a que nos sistemas de transporte público de passageiros das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, o conceito subjacente à API APEX é um elemento fundamental para a manutenção e consolidação dos sistemas de bilhética intermodal, e no sentido de capitalizar o conhecimento e esforço mútuo de uma forma coordenada, o TIP e a TML - Transportes

Metropolitanos de Lisboa assinaram, em outubro de 2021, um “PROTOCOLO de parceria tecnológica para a generalização da API APEX”.

Este protocolo visa assegurar a convergência e compatibilização destas API de alto nível de ambas as regiões (AMP e AML), suportando-as em especificações comuns, fundamentalmente ao nível das respetivas interfaces e modelo de parametrização. Este esforço concertado visa, não só a generalização da utilização da API APEX pelos operadores de ambas as áreas metropolitanas, mas também uma potencial extensão a outras geografias (CIMS) do território nacional, na pegada de criação de um *standard-de-facto*.

Este standard facilitará bastante os processos de desenvolvimento de Software multi-região, por parte dos diversos integradores de bilhética, promovendo uma maior competitividade neste mercado. Operadores de carácter nacional, como é o caso da CP, colheirão, pela certa, neste conceito, um enorme benefício.

3.6. Requisição online de cartões Sub23 para estudantes da Universidade do Porto

Em parceria com a Universidade do Porto, registou-se uma evolução no processo de renovação online do perfil Sub23 que anualmente os estudantes universitários têm que efetuar para beneficiar dos títulos com desconto Sub23/Sub23A.

Ficou disponível a possibilidade de adesão (primeira compra) online sendo apenas necessário efetuar o pagamento por Multibanco, podendo o estudante escolher o envio do cartão para o domicílio ou levantamento numa Loja Andante.

3.7. Parceria com Câmaras Municipais da AMP

Foram efetuados protocolos com algumas Câmaras Municipais da AMP, que permitem aos seus munícipes usufruir de descontos nas assinaturas Andante.

No caso do município do Porto estabeleceu-se um protocolo, que permite aos residentes do Porto, com idades entre os 13 e os 18 anos, usufruir de uma assinatura 3Z gratuita, sendo que o cartão utilizado é o cartão Porto..

Com o município de Vila Nova de Gaia, os residentes têm a possibilidade de efetuar carregamentos mensais gratuitos de assinaturas 13_18/13_18A e Sub23/Sub23A.

Também os munícipes residentes em Matosinhos a frequentar uma instituição de ensino superior, têm a possibilidade de efetuar carregamentos mensais gratuitos de assinaturas Sub23/Sub23A.

Estas parcerias implicaram o desenvolvimento e implementação de procedimentos que permitem às Câmaras Municipais efetuar as requisições de forma automática.

3.8. MaaS (Mobility as a Service)

Devido à situação causada pela pandemia, não houve evolução no desenvolvimento de soluções multisserviços.

No entanto, em parceria com a Metro do Porto, que instalou parques de estacionamento de bicicletas (fechados) em algumas estações de metro, foi desenvolvido um sistema que permite o registo do cartão Andante na APP dos parques de bicicletas. Caso o cartão Andante tenha a assinatura carregada para o respetivo mês, permite a utilização do parque de bicicletas da Metro do Porto.

3.9. Alterações na Rede de Vendas

Em 2021 foram encerrados os pontos de vendas Andante nos operadores rodoviários privados Maia Transportes e Espírito Santo (posto Batalha).

No decorrer do exercício foram implementados diversos procedimentos que permitiram uma gestão mais eficiente da rede de vendas, havendo a destacar:

- Aceitação da declaração RSI emitida online pela Segurança Social Direta e disponibilização de documentos online para Tarifário Social+ e Andante Família;
- Possibilidade de carregamento na Payshop da assinatura combinada Andante / CP e CIM do Tâmega e Sousa;
- Ativação da funcionalidade Contactless em diversos terminais Multibanco das Lojas Andante;
- A adesão ao cartão Porto. deixa ser uma responsabilidade da rede de vendas passando a sua gestão para a plataforma digital da CMP;
- Disponibilizada a funcionalidade de impressão de fatura das adesões online sub23 UP;
- As bilheteiras dos Postos de Venda foram atualizadas com a emissão de Faturas com QR Code;
- A App Anda fica disponível através da AppGallery para telemóveis Huawei sem aplicativos Google.

3.10. Modelo Organizacional e de Negócio

Com a entrada em vigor do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, a área metropolitana do Porto recebeu um amplo acervo de novas competências no domínio dos serviços públicos de transporte de passageiros, incumbindo-lhe ainda, nos termos do regime jurídico das autarquias locais e do estatuto das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a prossecução de atribuições em matéria de mobilidade e transportes. Adicionalmente, no âmbito da 1.ª Cimeira das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, realizada em 20 de março de 2018, foi sublinhada a importância da transferência para as áreas metropolitanas das funções de regulação, gestão e direção dos meios de transporte de passageiros de âmbito metropolitano e municipal, destacando-se, em especial, a função de gestão da bilhética, com vista a assegurar o desenvolvimento dos sistemas de bilhética intermodal e o controlo dos diversos fluxos financeiros e de informação envolvidos nesses sistemas.

Atendendo à crescente assunção de competências pela área metropolitana no setor dos transportes públicos de passageiros e da mobilidade, por via da transferência de competências ou por via da sua delegação, vem o Decreto-Lei nº 121/2019 dotar a área metropolitana do Porto da possibilidade de proceder à constituição da empresa metropolitana de transportes mediante a dissolução do agrupamento complementar de empresas (TIP, ACE), que assume competências em matéria de desenvolvimento e gestão de sistemas de bilhética integrados, comum a todos os operadores de serviço público de transporte de passageiros com atuação nas respetivas áreas de jurisdição, e à sua liquidação mediante transferência global do respetivo património, para a nova empresa local a criar.

A área metropolitana do Porto encetou os estudos necessários à criação da empresa metropolitana de transportes (Transportes Metropolitanos do Porto - TMP), pelo que se aguarda a sua conclusão.

4. Caracterização da Rede Intermodal Andante

Zonas Intermodais em utilização	124
Operadores Aderentes	20
Linhas de Operadores Rodoviários	630
Estações de Operadores Ferroviários	121
Pontos de Venda *	1 623

* excluindo rede SIBS

Tabela 1 - Indicadores da Rede Intermodal

- 124 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
 - ARC1 a ARC21, ESP1, GDM1 a GDM9, MAI1 a MAI5, MTS1 a MTS3, OAZ1 a OAZ8, PRD1 a PRD9, PRT1 a PRT3, PV_VC, PVZ2 a PVZ6, SJM1, SMF1 a SMF12, STR1 a STR8, TRF1 a TRF3, VCB1 a VCB9, VCD2 a VCD12, VLG1 a VLG3, VNG1 a VNG12
- 20 operadores aderentes ao sistema intermodal
 - CP + MP + STCP + Maré + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense + Landim + Funicular + Arriva + Rodonorte + Transdev Douro + Transdev Norte + Caima + UTC + Albano, Esteves & Martins
- 630 linhas de operadores rodoviários integradas
 - 79 STCP + 33 Maré + 84 Valpi + 51 ETG + 48 Espírito Santo + 27 Maia Transportes + 49 MGC + 3 Nogueira da Costa + 64 Pacense + 9 Landim + 41 Arriva + 4 Rodonorte + 8 Transdev Douro + 26 Transdev Norte + 49 Caima + 44 UTC + 11 Albano, Esteves & Martins
- 121 estações de operadores ferroviários integradas
 - [82 MP + 39 CP]
- 1.623 pontos de venda de títulos intermodais
 - 10 Lojas Andante
 - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
 - 260 Máquinas de Venda Automática
 - 200 MP + 54 CP [área intermodal] + 6 CP [fora área intermodal]
 - 18 pontos de venda de Operadores Aderentes
 - 13 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares, Trofa, Caíde, Marco de Canavezes, Penafiel, Paredes, Cete e Recarei.
 - 5 Postos Operadores Privados: Valpi, Caima, ETG [2], Espírito Santo

- 1.327 Agentes Payshop
- 8 Revendedores: Aeroporto [Turismo do Porto e Norte de Portugal], Municípios de Santo Tirso, Vila do Conde, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Arouca, S. João da Madeira e Vale de Cambra.
- Rede Multibanco em todo o país [não considerado no quadro acima referido].

5. Atividade Comercial 2021

5.1. Validações

O exercício de 2021, reflete o 2º ano de pandemia, pelo que, registrando-se já alguma recuperação, os valores apresentados ainda ficam aquém de anos anteriores.

Foi registado um total de 116,3 milhões de validações respeitando 81,9% a assinaturas [40,7% normais e 41,1% com desconto] e 18,1% a títulos ocasionais.

A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2021 é a apresentada na Figura 5 e na Tabela 2.

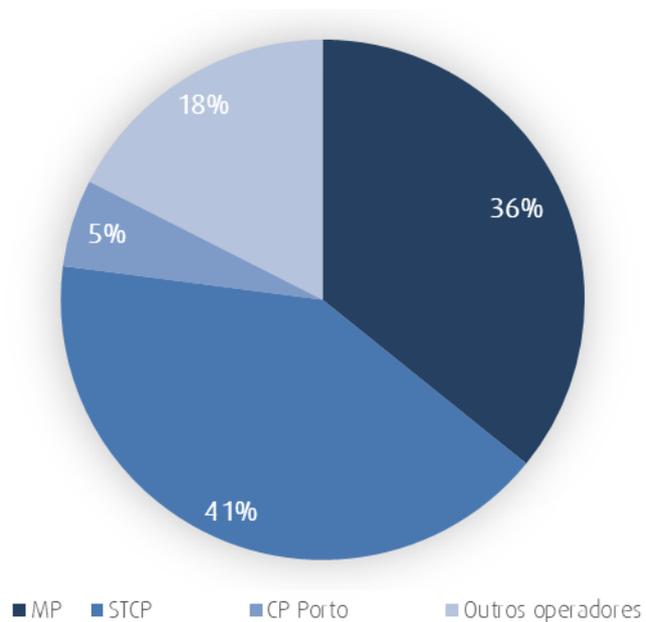


Figura 5 - Estrutura da Procura por Operador

Validações Intermodais	2018	2019	2020	2021	Δ 20/21
MP*	62,82	71,49	39,49	41,68	5,6%
STCP	62,04	69,47	43,56	47,96	10,1%
CP Porto	5,04	8,40	5,97	6,33	6,1%
Funicular dos Guindais				0,05	
ETG/Gondomarense	6,85	7,74	4,79	5,35	11,6%
Resende	4,14	5,26	3,20	3,59	12,2%
Espírito Santo	3,21	4,10	2,30	2,65	15,3%
Valpi	2,52	3,39	2,11	2,49	18,3%
MGC	1,24	2,67	1,96	2,40	22,5%
Pacense	0,26	0,45	0,34	0,40	18,8%
Maia Transportes	0,18	0,60	0,53	0,80	51,9%
Nogueira da Costa	0,09	0,10	0,05	0,08	51,2%
Landim	0,02	0,07	0,05	0,07	39,0%
Arriva		0,04	0,05	0,09	66,9%
Caima		0,34	0,34	0,43	25,5%
Carvalhos		1,26	1,29	1,63	26,1%
Rodonorte		0,01	0,02	0,02	54,1%
Transdev Douro		0,00	0,00	0,02	324,2%
Transdev Norte		0,10	0,10	0,13	36,4%
Albano, Esteves & Martins			0,04	0,13	223,6%
Unidade: milhões de validações	148,40	175,50	106,19	116,31	9,5%
* Inclui Alternativos					

Tabela 2 - Evolução do Número de Validações por Operador

Relativamente à procura por zonas, constata-se ser a zona PRT1 [Porto Centro] a que regista maior utilização, com 38,3% das validações totais, seguindo-se as zonas VNG1 [Gaia Mafamude], com 11,9%, e PRT2 [Porto Ocidental], com 9,0%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais PRT1, PRT2, PRT3, MAI1, MAI4, VNG1 e MTS1, continuam a concentrar aproximadamente 82% do total de validações do SIA.

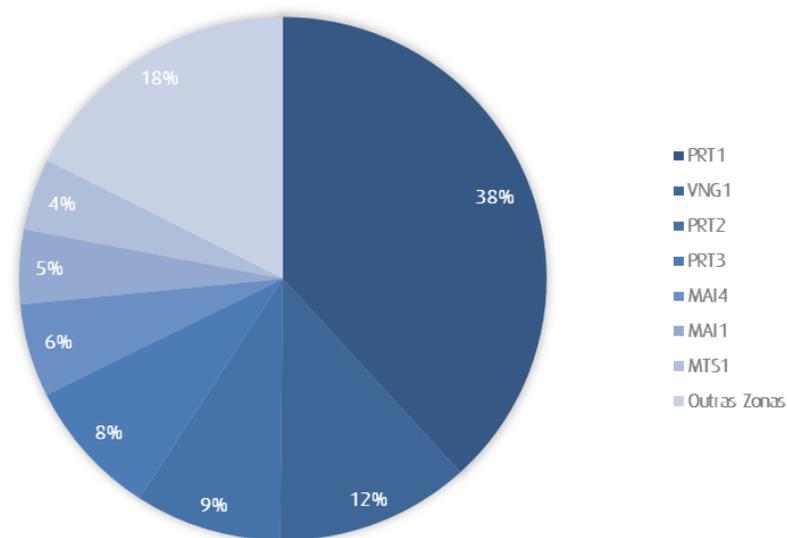


Figura 6 - Número de Validações por Zona

As deslocações de curta distância [clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas] representam 37,4% das validações efetuadas em 2021, sendo a maioria assumida títulos de 4 ou mais zonas (62,6%).

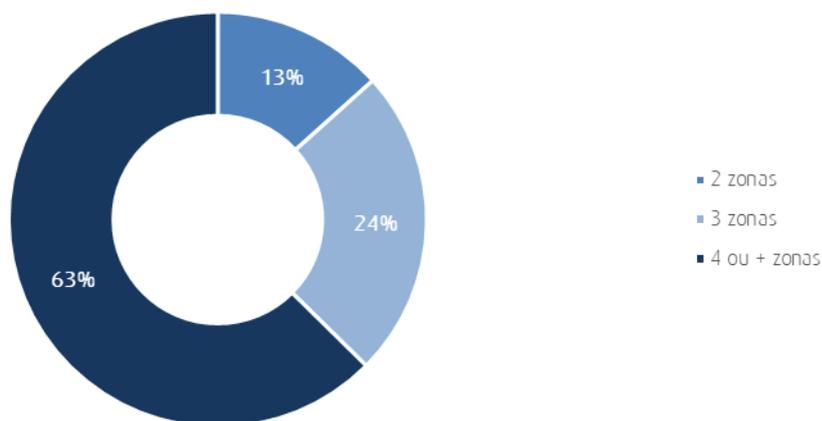


Figura 7 - Estrutura das Validações por Número de Zonas

5.2. Quantidades Vendidas

Em 2021, foram dispensados cerca de 1,7 milhões de cartões Andante [em PVC e em papel], registou-se uma venda de 16 milhões de títulos ocasionais, 820 mil títulos de assinatura normal e 937 mil títulos de assinatura com desconto.

Os títulos de assinatura representam aproximadamente 10% da quantidade de títulos vendidos no exercício de 2021.

Títulos de Assinatura Com Desconto

Quantidade Vendida		2018	2019	2020	2021	Δ 20/21
Tarifário Social Andante (TSA)	Criança	10 772	7 073			
	Estudante	284 231	184 980			
	3ª Idade	271 745	397 376	271 497	278 090	2,43%
	Ref. / Pens.	70	466			
	Sub-Total	566 818	589 895	271 497	278 090	2,43%
4_18@escola.tp	4_18	10 420	105 841	119 568	133 006	11,24%
	4_18 (A)	71 718	71 854	37 393	36 410	-2,63%
	4_18 (B)	17 373				
	4_18 (F)	22				
	Sub-Total	99 533	177 695	156 961	169 416	7,94%
Sub23@superior.tp	Sub23	23 458	85 361	85 880	104 413	21,58%
	Sub23 (A)	115 102	134 928	89 290	101 284	13,43%
	Sub23 (F)					
Sub-Total	138 560	220 289	175 170	205 697	17,43%	
Social+	Social+	224 781	232 313	155 644	146 982	-5,57%
	Social+ (A)	55 645	66 198	46 437	47 874	3,09%
	Social+ (D)	4 050	5 623	3 079	3 280	6,53%
	Social+ (R)	99	41	12	5	-58,33%
Sub-Total	284 575	304 175	205 172	198 141	-3,43%	
Família			10 666	24 507	129,77%	
Sub 13		17 163	15 878	17 820	12,23%	
Antigos Combatentes	Normal				637	
	3ª Idade				42 208	
TOTAL		1 089 486	1 309 217	835 344	936 516	12,1%
Peso total venda assinaturas		59,0%	55,0%	51,6%	53,3%	

Tabela 3 - Evolução da Procura dos Títulos de Assinatura com Desconto

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – tende já a recuperar face a 2020 embora ainda muito distante dos números habituais. Foram vendidos cerca de 18 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 20 mil títulos Andante Tour 3.

5.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2021, a 74,6 milhões de euros sendo parte significativa da receita resultante da venda em MVA instaladas na rede MP [38,6%].

O canal de revendedores Payshop surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos, na ordem dos 34%, havendo também a assinalar um crescimento de aproximadamente 20% das vendas através do canal SIBS e um crescimento de cerca de 32% das vendas através da App ANDA.

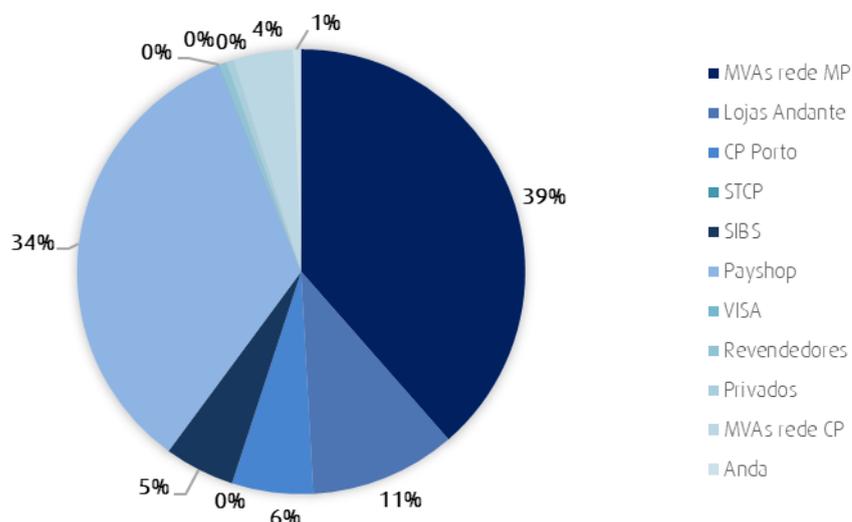


Figura 8 - Estrutura das Vendas por Canal

Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2021, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas Máquinas de Venda Automática, nas Caixas Multibanco e através da APP Anda, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Payshop, pontos de venda Andante dos Municípios e terminais dos operadores privados.

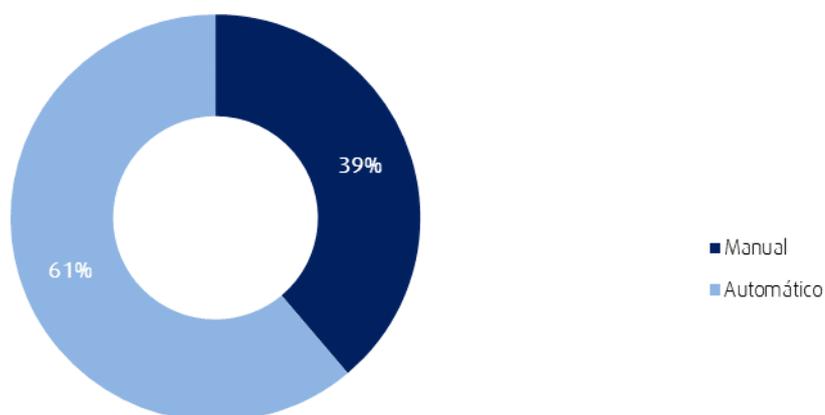


Figura 9 - Estrutura das Vendas por Tipo de Canal

Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2021 [1.756 mil], as respetivas validações [95,21 milhões] e a receita correspondente [50,59 milhões de euros], permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,53 euros por cada validação e efetuaram, em média, 54,21 validações por mês.

As assinaturas normais representaram 820 mil carregamentos e 47,38 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 28,82 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,61 euros por cada validação e um número médio mensal de 57,80 validações.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados [16,04 milhões], das respetivas validações [20,59 milhões] e da receita correspondente [21,66 milhões de euros], conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,05 euros por cada validação e efetuaram, em média, 1,28 validações.

5.4. APP ANDA

O relançamento comercial da APP Anda e a disponibilização de uma versão da APP para IOS/Apple que constituíam os grandes objetivos para 2021, foram, uma vez mais, muito prejudicados pela pandemia.

Ainda assim, foi possível preparar a documentação necessária ao lançamento da consulta para contratar os necessários desenvolvimentos, e acompanhar os movimentos do trabalho da Apple com a RATP em Paris, decisivos para a disponibilização generalizada do mecanismo que tem atrasado o desenvolvimento da versão Anda para IOS.

Do ponto de vista de níveis de utilização, a APP Anda resistiu relativamente bem ao efeito da pandemia, durante o ano de 2021, conforme se documenta na tabela e gráficos seguintes.

	Viagens		Novos Registos	
Número Total	613 566		10 163	
Média Mensal	51 130		847	
Melhor Mês	79 009	Novembro	1 757	Outubro
Melhor Dia	3 490	19/out	120	01/out

Tabela 4 – Utilização da APP Anda

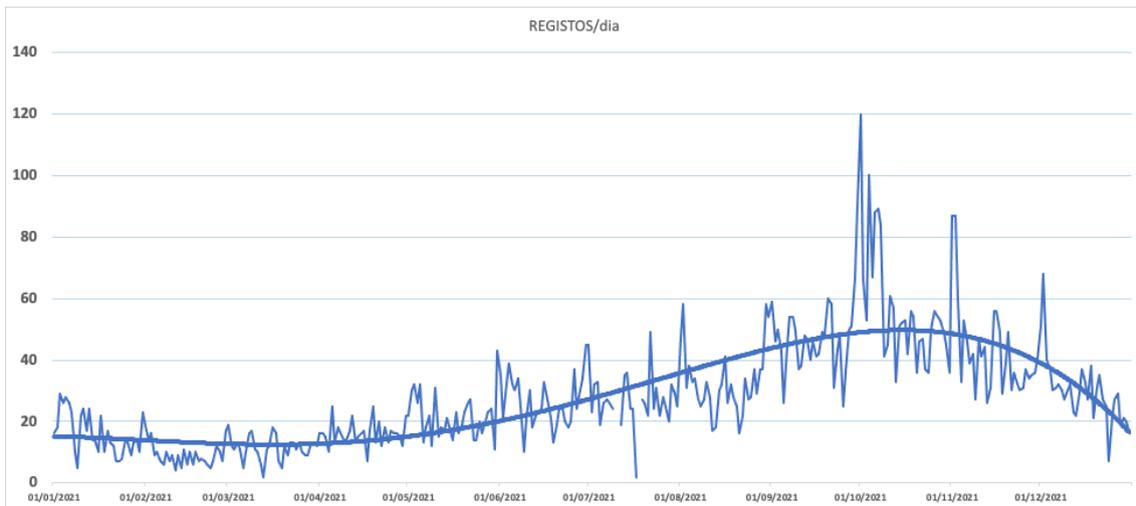


Figura 10 - Número de novos Registos de utilizadores por Dia

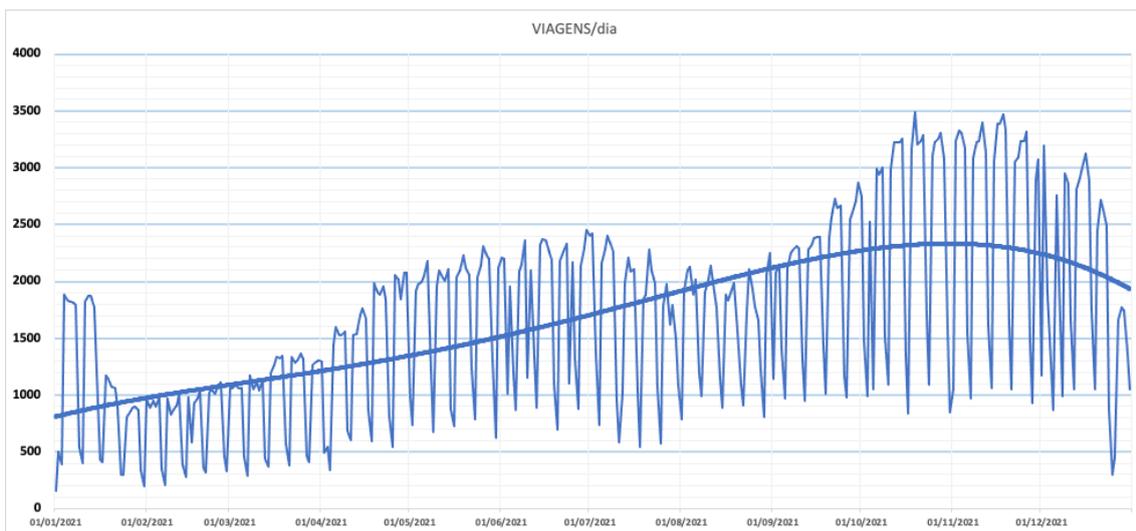


Figura 11 - Número de Viagens por Dia

5.5. Comunicação com o cliente

Em 2021 a comunicação com o cliente manteve o caráter informativo sobre regras a cumprir na utilização do transporte público durante o estado pandémico vivido pelo país.

No exercício de 2021, o Andante, em colaboração com a VISA, a REDUNIQ, a Card4B, a Cybersource e a Littlepay, disponibiliza pagamentos contactless nos transportes públicos do Porto, num projeto piloto, que integra a Linha Violeta (E) do Metro do Porto (que serve o Aeroporto Internacional do Porto) e os autocarros da linha 500 da STCP.

Esta solução representa um passo importante em termos de inovação e desmaterialização da bilhética proporcionando ao cliente uma experiência segura, fácil e prática.

Os clientes podem pagar a sua viagem tocando simplesmente com o seu cartão de débito, crédito, cartão pré-pago ou dispositivo de pagamento contactless nos validadores com o símbolo .

Foi implementada uma ampla campanha de divulgação recorrendo a diversos meios e suportes de todos os envolvidos no mediático projeto piloto.



Mantiveram-se as campanhas de renovação obrigatória de perfil 4_18 e Sub23 promovendo a sua renovação atempada pretendendo-se evitar a concentração de clientes nas lojas Andante gerando filas que registam elevados tempos de espera. Para além da comunicação direta e envio de material gráfico para os Agrupamentos Escolares, Universidades, Associações de Estudantes, Confederações de Pais, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção Geral do Ensino Superior, entre outros, foram também enviados SMS a todos os estudantes com o perfil 4_18 e SUB23 recordando a obrigatoriedade de renovação anual de perfil.

**NÃO ESPERES
PELO REGRESSO
ÀS AULAS
PARA RENOVAR
O PERFIL DO TEU
CARTÃO ANDANTE!**

**RENOVA TÁ,
CARREGA DEPOIS.**



andante
Todos os transportes na tua mão



Em setembro, o TIP e a Universidade do Porto (UP) renovaram a parceria que permite aos estudantes da UP, renovar o perfil Andante Sub23 de forma digital, evitando assim as longas filas de espera que habitualmente se formam no final do mês.

Todos os documentos necessários à renovação do Andante Sub23 e que, até aqui, tinham que ser entregues presencialmente, puderam ser validados por via digital bastando para tal aceder ao site estudante.tip.pt onde, após autenticação no sistema da Universidade do Porto e registo do número do cartão Andante do aluno ou do número de telemóvel associado à sua APP Anda, fica com o perfil SUB23 automaticamente renovado.

Foi também uma realidade pela primeira vez a adesão (primeira compra) online bastando para tal fazer o pagamento por multibanco.

Esta parceria beneficia aproximadamente 20.000 estudantes da Universidade do Porto.

O processo agora em curso com a Universidade do Porto será alargado às restantes instituições de Ensino Superior do Porto durante o próximo ano letivo.

**Renova o teu
Andante SUB23
sem sair de casa.**

Se és aluno da Universidade do Porto
renova agora em estudante.tip.pt
e carrega depois.

UP PORTO

andante
Todos os transportes na tua mão

Foi disponibilizado ao público o vídeo Tutorial da APP Anda, em modo *motion design*, apresentando de forma apelativa o conceito da APP, o processo de adesão e o modo de utilização evidenciando a facilidade de utilização e as vantagens para o cliente.

Para tal foi desenvolvido todo um cenário que mistura animação, vídeo e cinema gerando um grande impacto visual transmitindo a informação de forma mais agradável e que permanece na memória do público por mais tempo.



A 5 de novembro, entrou em vigor a medida que confere transporte gratuito a todos os Antigos Combatentes, residentes na Área Metropolitana do Porto, sendo as condições de atribuição desta assinatura mensal definidas pela Portaria nº 198/2021 de 21 de setembro.

A referida assinatura destina-se aos titulares do cartão de Antigo Combatente (AC) e de viúva(o) de Antigo Combatente, com residência fiscal num dos 17 Municípios da Área Metropolitana do Porto. É gratuita na modalidade Metropolitano para AC com perfil 3ª Idade e na modalidade Municipal para AC com perfil Normal.

Foi dado amplo destaque desta medida quer na comunicação social quer através dos diversos meios e suportes do Andante e Operadores.

5.5.1. Call Center

Em 2021, a atividade de atendimento da Linhandante (LA) permaneceu reduzida, embora menos do que no ano anterior, face aos vários estados de emergência declarados até ao final de abril.

Foram rececionadas aproximadamente 49 mil chamadas de clientes ou lojas Andante, CP e Municípios e registaram-se 4.563 reclamações.

A LA respondeu a 3.398 pedidos de informação, maioritariamente esclarecimentos sobre o novo cartão Porto., funcionamento da nova assinatura Andante Antigos Combatentes, validade de viagens em cartões expirados, adesão de novas linhas de operadores privados, questões sobre a App Anda, carregamentos e validações em tempo de pandemia, renovação online Sub23, assinatura gratuita da CM Vila Nova de Gaia e CM de Matosinhos, entre outros temas habitualmente tratados.

Foram contactados 1.457 clientes, para atualização de dados relativos aos processos sociais entregues.

Registaram-se 877 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida [PVA] e validadores, as quais foram devidamente encaminhadas para os prestadores de serviço de manutenção.

Foram ainda registados 324 cartões de papel inativos decorrentes do processo de alteração do modelo de dados nos validadores.

5.5.2. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2021 (4.563) registou uma ligeira subida de aproximadamente 3% face a 2020 (4.440) havendo a salientar uma média mensal de 380 reclamações.

Destacam-se claramente como principais motivos das reclamações situações relacionadas com a nova Assinatura Andante Antigos Combatentes e a App Anda.

6. Auditorias à Atividade do TIP

6.1. Inspeção Geral de Finanças

Tendo o Programa de Apoio à Redução Tarifária entrado em vigor a 1 de abril de 2019 e face à extinção das assinaturas mensais Criança, Estudante e Reformado / Pensionista, permanece em vigor unicamente a assinatura mensal 3ª Idade abrangida pelo *Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante*.

Em 2020 não foi registada qualquer auditoria financeira referente a compensações financeiras a atribuir pelo Estado pelo serviço público prestado no âmbito do *Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante*.

7. O TIP e os seus Colaboradores

7.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.

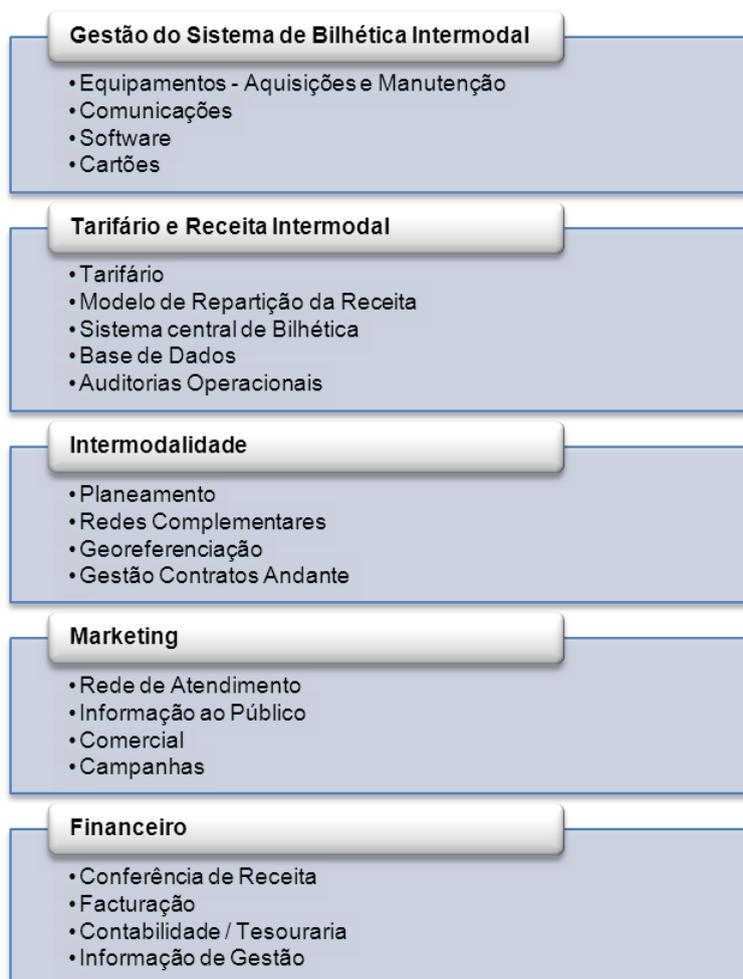


Figura 12 - Estrutura Organizacional

7.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores / Empresa	2019	2020	2021
MP	8	8	8
STCP	4	4	4
CP			
	12	12	12

Tabela 5 - Número de Colaboradores por Empresa de Origem

Dos 12 elementos em serviço neste ACE a 31 de dezembro de 2021, 50% pertencem ao sexo feminino.

8. O TIP e as suas Agrupadas

8.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA [MP], Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA [STCP] e Comboios de Portugal, EPE. [CP].

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros [trinta mil euros], mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
CP - Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	33,3%

8.2. Composição dos Órgãos Sociais

Durante o ano de 2021 destaca-se a seguinte alteração na composição dos Órgãos Sociais do ACE:

- 22/07/2021: substituição, por cooptação, do Senhor Eng. Ângelo Augusto Santos Oliveira, pela Senhora Dr.^a Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça para o cargo de Vogal do Conselho de Administração;
- 31/10/2021: Renúncia da Senhora Eng.^a Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ao cargo de Administradora Delegada.

Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2019-2021, foi aprovada em reunião deste órgão de 19 de junho de 2019.

Mandato 2019 - 2021

Cargo	Nome
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice - Presidente	Henrique Costa Ramos Megre
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

Conselho de Administração

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente.

Os membros do Conselho de Administração para o para o triénio 2019-2021 forem eleitos em reunião de Assembleia Geral de 19 de junho de 2019.

Mandato 2019 - 2021

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, SA
Vogal	Ángelo Augusto dos Santos Oliveira ⁽¹⁾	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.
Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ⁽²⁾	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.
Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	CP - Comboios de Portugal, EPE
Administradora Delegada	Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ⁽³⁾	Eleita pela Assembleia Geral

(1) Renunciou ao cargo em 30/06/2021

(2) Cooptação em CA de 22/07/2021

(3) Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, “compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração.

Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, “o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas”.

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2019-2021 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 19 de junho de 2019 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20161396, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314), desde o exercício de 2013.

8.3. Modelo de Governo do TIP

O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.

9. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações entretanto introduzidas, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício-circular nº 359 de 20 de janeiro de 2022 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

9.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento

Não foram definidos objetivos de gestão pelas Agrupadas para o ano de 2021.

O Plano de Atividades foi aprovado pela Assembleia Geral na sua reunião de 28 de junho de 2021. A execução financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2021 é apresentada na tabela seguinte.

Investimento/Projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio (Executado -PAO)
anda	218 500	0	-218 500
API Andante	100 000	0	-100 000
Bilhética	120 000	23 180	-96 820
CCB	591 136	90 735	-500 401
EMV Visa	230 000	60 000	-170 000
Infraestrutura	315 000	24 674	-290 326
MeSS	133 750	33 425	-100 325
Portal Andante	80 000	95 335	15 335
RGPD	100 000	86 270	-13 730
Diversos	0	50 745	50 745
TOTAL	1 888 386	464 363	-1 424 023

[valores expressos em euros]

9.2. Gestão do Risco Financeiro

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2017	2018	2019	2020	2021
Encargos Financeiros (€)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

No exercício de 2021, a empresa não teve qualquer montante relativo a passivo remunerado.

9.3. Limite de Crescimento do Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	0,00	0,00
Capital Social/Capital Estatutário	0,00	0,00
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	0,00	0,00
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,00	0,00

À data de 31 de dezembro de 2021, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.

9.4. Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos (“*arrears*”), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2018	2019	2020	2021	Δ 21/20
Prazo (dias)	78	116	84	69	-17,86%

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011				
	0 - 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	356 712	12 364	10 080	10 692	-8 479
Aquisições de Capital	1 513	0	0	0	966
TOTAL	358 225	12 364	10 080	10 692	-7 514

9.5. Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2020

Não foi emitida qualquer recomendação dos acionistas aquando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2020.

9.6. Remunerações

Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2019-2021	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n.a.	n.a.
2019-2021	Vice-Presidente	Henrique Costa Ramos Megre	n.a.	n.a.
2019-2021	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n.a.	n.a.
				n.a.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pela Administradora Delegada é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Tiago Filipe da Costa Braga	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Ángelo Augusto Santos Oliveira ³	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2022	Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ⁴	CA	22/07/2021	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	AG	14/07/2020	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	n.a.	2
2019-2021	Administradora Delegada	Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ⁵	AG	03/12/2019	Sim	TIP	0	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

³ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

⁴ Cooptação em CA de 22/07/2021

⁵ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções				
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma	
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.	Presidente	Público	AG	19/06/2019
Ángelo Augusto Santos Oliveira ¹	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	Vogal	Público	AG	19/06/2019
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ²	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	Vogal	Público	CA	22/07/2021
Pedro Manuel Franco Ribeiro	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Vogal	Público	AG	14/07/2020
Maria João Ferreira da Silva Santos	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Técnica Superior	Público	AG	19/06/2019
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ³	n.a.	n.a.	n.a.	AG	03/12/2019

¹ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

² Cooptação em CA de 22/07/2021

³ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ángelo Augusto Santos Oliveira ¹	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ²	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ³	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

¹ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

² Cooptação em CA de 22/07/2021

³ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ángelo Augusto Santos Oliveira ⁶	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ⁷	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ⁸	46 750,00	15 620,80	62 370,80	0,00	62 370,80
			62 370,80	0,00	62 370,80

(1) O valor da Remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções)

(2) Subsídio Refeição + Proporcionais de Subsídio de Férias e Natal + Férias Vencidas e Não Gozadas

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

⁶ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

⁷ Cooptação em CA de 22/07/2021

⁸ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ángelo Augusto Santos Oliveira ¹	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ²	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ³	6,41	1 282,00	Segurança Social	14 588,76	484,28	0,00	Seguro ACT	361,75
		1 282,00		14 588,76	484,28	0,00	Seguro ACT	361,75

¹ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

² Cooptação em CA de 22/07/2021

³ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ángelo Augusto Santos Oliveira ²	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ³	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ⁴	Sim	Sim	n.a.	Outra	2020	n.a.	475,00	4 884,76	n.a.

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outro

² Renunciou ao cargo em 30/06/2021

³ Cooptação em CA de 22/07/2021

⁴ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Membro do CA (Nome)	Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ángelo Augusto Santos Oliveira ¹	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ²	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ³	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	0,00

¹ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

² Cooptação em CA de 22/07/2021

³ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

Fiscal Único

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2019 - 2021	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Alfonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	20161395	AG	19/06/2019	n. a.	n. a.	19

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome ROC / FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 €			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 €			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Alfonso Dias Leite Freitas dos Santos	5 000,00	0,00	5 000,00		0,00	0,00	0,00

Auditor Externo

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado nos quadros seguintes.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº Inscrição na OROC	Nº Inscrição na CMVM				
BDO & Associados, S. R. O. C., Lda	29	20 161 384	04/09/2019	Exercícios de 2019, 2020 e 2021	n. a.	3

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 €			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 €			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados, S. R. O. C., Lda	5 580,00	0,00	5 580,00	-	0,00	0,00	0,00

Restantes Trabalhadores

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

9.7. Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não foram reembolsadas a gestores públicos quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.
Ângelo Augusto Santos Oliveira ¹	n.a.	n.a.	n.a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ²	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ³	80	94,45	n.a.
		94,45	

¹ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

² Cooptação em CA de 22/07/2021

³ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ângelo Augusto Santos Oliveira ¹	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça ²	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira ³	200,00	788,50	385,75	1 174,25	n. a.
				1 174,25	

¹ Renunciou ao cargo em 30/06/2021

² Cooptação em CA de 22/07/2021

³ Renunciou ao cargo em 31/10/2021

9.8. Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9.9. Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio nem processa remunerações.

9.10. Relatório anual sobre prevenção da Corrupção

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

9.11. Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

9.12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Não aplicável.

9.13. Medidas de redução de gastos operacionais

Não aplicável.

9.14. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria

Em cumprimento do disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de junho de 2019, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019, a decisão de contratar a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas é tomada em situações excecionais devidamente fundamentadas e desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

No exercício, não se verificaram contratações enquadráveis no disposto no n.º 2 do referido artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, que incidam em matéria económico-financeira ou jurídica, de natureza iminentemente estratégica, nomeadamente no âmbito de operações de reestruturações, fusões e aquisições, alienação de participações ou de ativos, relação com entidades supervisoras e com a União Europeia e outras Instituições Europeias.

9.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais. O Despacho do IGCP de 23 de novembro de 2020 vem excecionar a colocação dos referidos fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	5 824 413,15	6 681 528,08	6 826 056,62	10 260 204,01
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 824 413,15	6 681 528,08	6 826 056,62	10 260 204,01

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Millennium BCP	381 642,48	849 032,85	1 275 458,07	1 900 986,22
Banco Santander	323 113,12	389 407,46	394 958,10	316 547,79
Caixa Geral de Depósitos	30 795,82	118 716,16	40 810,61	20 368,16
Total	735 551,42	1 357 156,47	1 711 226,78	2 237 902,17
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

O saldo disponível em contas TIP mantidas na banca comercial à data de 31-12-2021, corresponde, em grande medida, ao depósito de valores relativos ao serviço de recolha de valores e a terminais de pagamento automático [TPA] das máquinas de venda automática [MVA] e postos de venda assistida [PVA].

9.16. Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

9.17. Divulgação de Informação

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE [Portal da DGTf].

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em www.linhandante.com.

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.

10. Desempenho Económico e Financeiro

10.1. Introdução

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética intermodal comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, três empresas agrupadas e dezassete operadores rodoviários privados.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal da empresa agrupada STCP.

Em termos de orientação económica e financeira, é reconhecido que o objetivo deste ACE não consiste na maximização dos seus resultados, mas antes corresponde à otimização da eficiência da rede comercial e do sistema de bilhética, na dupla perspetiva do cliente e das empresas agrupadas: a primeira visando facilitar o acesso ao transporte público e a segunda orientada para a redução dos custos de operação dos sistemas. Posiciona-se, assim, este agrupamento como uma entidade instrumental, sujeita a princípios de eficácia e de equilíbrio económico.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos.

10.2. Situação Patrimonial

BALANÇO	2020	2021	Varição 21/20
Ativos Fixos Tangíveis	1 183 689	920 329	-22,25%
Ativos Intangíveis	1 985 850	1 939 776	-2,32%
Inventários	428 873	451 273	5,22%
Cientes	922 042	1 919 294	108,16%
Estado e Outros Entes Públicos	103 457	65 965	-36,24%
Outros Créditos a Receber	2 023 332	3 197 981	58,06%
Diferimentos	820	946	15,28%
Caixa e Depósitos Bancários	11 559 077	14 449 182	25,00%
Ativo	18 207 141	22 944 746	26,02%
Capital Subscrito	30 000	30 000	0,00%
Resultados Transitados	3 948 655	3 755 169	-4,90%
Subsídios ao Investimento	877 734	743 643	-15,28%
Resultado Líquido do Período	-193 486	47 471	124,53%
Capital Próprio	4 662 904	4 576 283	-1,86%
Fornecedores	690 260	731 566	5,98%
Fornecedores de Investimentos	191 823	51 224	-73,30%
Estado e Outros Entes Públicos	128 909	5 294	-95,89%
Outras Dívidas a Pagar	12 533 245	17 575 435	40,23%
Diferimentos	0	4 944	100,00%
Passivo	13 554 237	18 368 463	35,62%

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2021 um nível de investimento na ordem dos 464 mil de euros (face a 625 mil euros no ano anterior), na sua maioria referente ao novo Portal Andante e à manutenção evolutiva do CCB (40%). O valor restante é justificado, em grande medida, com o projeto Visa, RGPD e por investimentos de requalificação do parque de equipamentos de bilhética, com o intuito de garantir a sua disponibilidade e prolongar a vida útil dos mesmos.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se um aumento das dívidas de clientes (108%), ascendendo estas a 1,9 milhões de euros no final do exercício. Este aumento resulta sobretudo da faturação aos Municípios do Porto e Vila Nova de Gaia, relativa ao Protocolo Andante Porto e às requisições de títulos de transporte Sub 23, disponibilizados em 2021 e faturados em dezembro desse ano, mas cujo pagamento será efetuado apenas em 2022.

A rubrica outros créditos a receber regista um acréscimo na ordem dos 58% face ao ano anterior, para um total no final do exercício de 3 milhões de euros. Este acréscimo resulta sobretudo da receita em poder de terceiros no valor de 1,5 milhões de euros (1,2 milhões de euros em 2020), valor que corresponde à receita intermodal em trânsito à data de 31 de dezembro de 2021, e que ainda não tinha sido transferida para as contas bancárias do TIP. Também contribuiu para este acréscimo a “receita intermodal a transferir” no valor de 1,2 milhões de euros, correspondente a

receita de títulos vendidos nas MVA da CP e que, à data de 31 de dezembro de 2021, também não tinha sido ainda transferida para as contas bancárias do TIP (466 mil euros à data de 31 de dezembro de 2020).

Os valores a receber do Estado, 66 mil euros, são quase na totalidade referentes a verbas de IVA- Imposto sobre o valor Acrescentado (61 mil euros) e uma parte relativa a IRC-Retenções na fonte a receber (5 mil euros).

A rubrica caixa inclui receita em trânsito no valor de 1,7 milhões de euros, correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2021.

Os capitais próprios, ascendem em 2021 a 4,6 milhões de euros, um ligeiro decréscimo de aproximadamente 2% face ao ano transato (4,7 milhões de euros em 2020).

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica outras dívidas a pagar, em grande medida composta por receita intermodal repartida e faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA, genericamente processada em data posterior ao fecho de cada mês. Esta rubrica registou um acréscimo de 40% relativamente a 2020.

De salientar ainda a diminuição de 73% das dívidas a fornecedores de investimentos e um aumento de 6% das dívidas a fornecedores correntes. O primeiro caso resulta dos investimentos em curso, nomeadamente da redução do nível do investimento registado em 2021.

Os valores a pagar ao Estado, 5 mil euros, são quase na totalidade referentes a verbas de IRS-Retenções na Fonte (Terceiros).

10.3. Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2020	2021	Varição 21/20
CMVMC	- 178 053	- 224 203	25,92%
Fornecimentos e Serviços Externos	- 2 924 934	- 3 092 589	5,73%
Gastos com o Pessoal	- 655 431	- 634 107	-3,25%
Outros Gastos e Perdas	- 118 382	- 84 899	-28,28%
Provisões Líquidas	11 166	0	-100,00%
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	- 715 933	- 763 123	6,59%
Juros e Gastos Similares Suportados	- 15 837	- 23 258	46,85%
Imposto sobre o Rendimento do Período	- 3 511	- 1 533	-56,34%
Gastos	- 4 600 915	- 4 823 711	4,84%
Vendas e Serviços Prestados	4 063 515	4 623 367	13,78%
Outros Rendimentos e Ganhos	345 327	246 403	-28,65%
Rendimentos	4 408 842	4 869 769	10,45%
Resultado Líquido do Período	- 193 486	47 471	124,53%
EBITDA	541 795	835 385	54,19%

[valores expressos em euros]

O EBITDA e o resultado líquido registaram ambos um acréscimo significativo relativamente ao ano anterior, o primeiro em cerca de 54% para o valor de 835 mil euros, e o segundo em 125% para o valor de 47 mil euros positivos.

A rubrica outros rendimentos e ganhos registou um decréscimo de 29% face ao ano anterior (-99 mil euros face a 2020). Nesta rubrica foram contabilizados os rendimentos relativos ao desreconhecimento dos talões “Vale Numerário” expirados e não descontados, a imputação de subsídios ao investimento e ainda os rendimentos relativos ao desreconhecimento do valor total referente aos títulos Andante Pro expirados e não validados.

De referir o aumento, em termos agregados, de 5% do total dos gastos e de 10% dos rendimentos. Este acréscimo é resultado de alguma recuperação na operação do transporte público de passageiros registada em 2021, decorrente do fim de algumas medidas de combate à pandemia Covid19, nomeadamente os confinamentos implementados.

	2020	2021	Varição 21/20
Custos Operacionais	3 758 418	3 950 899	5,12%
Receitas Operacionais	4 063 515	4 623 367	13,78%
Grau de Cobertura Operacional	108,12%	117,02%	+ 8,9 p.p.

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional registou uma variação positiva face a 2020 de 9 p.p. Este indicador traduz a cobertura dos custos operacionais sem amortizações pelas receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP. Este facto resulta da já referida recuperação na operação do transporte público de passageiros registada em 2021.

10.4. Gestão de riscos

Risco Liquidez

O risco de liquidez resulta de um passivo corrente superior ao ativo corrente. O TIP faz uma gestão de recebimentos e pagamentos, por forma a assegurar níveis adequados de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2021 o fundo de maneió - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 1.716.178 euros (1.493.364 euros positivos em 31 de dezembro de 2020), sendo que o grau de liquidez imediata se situou nos 2,21 (2,55 em 31 de dezembro de 2020), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e depósitos bancários	14.449.182	11.559.077
Receita em poder de terceiros	1.484.995	1.198.565
Operadores conta corrente	1.167.491	465.657
(1) Disponibilidades	<u>17.101.668</u>	<u>13.223.299</u>
Fornecedores	731.566	690.260
Fornecedores de investimentos	51.224	191.823
Estado e outros entes públicos	5.294	128.909
Credores diversos	6.608.433	3.923.074
Remunerações	63.950	71.763
Outros	271.426	170.013
(2) Passivo de curto prazo (i)	<u>7.731.893</u>	<u>5.175.842</u>
(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata	<u>2,21</u>	<u>2,55</u>

- (i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores	297.026	296.899
Créditos diversos	5.259.205	2.724.788
Passivo curto prazo – Agrupadas	<u>5.556.231</u>	<u>3.021.687</u>
Fornecedores	434.540	393.360
Créditos diversos	1.741.122	1.760.794
Passivo curto prazo – Outras Entidades	<u>2.175.662</u>	<u>2.154.155</u>
Total do Passivo curto prazo	<u><u>7.731.893</u></u>	<u><u>5.175.842</u></u>

10.5. Eventos Subsequentes

Nada a referir.

10.6. Informação adicional COVID-19

O exercício de 2021 fica também ele marcado pela pelo COVID-19. Apesar da menor intensidade da pandemia, comparativamente com o exercício anterior, atividade da Empresa foi fortemente condicionada, em especial durante os primeiros meses de 2021.

Apesar de subsistir ainda alguma incerteza económica, social e sanitária decorrente da evolução da COVID-19, espera-se que os efeitos nefastos da contenção provocados por esta pandemia venham a ser anulados em 2022.

Não obstante a continuidade da atividade do Agrupamento, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros, não se perspetivam comprometidos por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme previsto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73.

10.7. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo apurado no exercício, no valor de 47.470,67 euros (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Porto, 24 de maio de 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:

PERSPETIVAS PARA 2022



Tal como se encontra mais detalhadamente descrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2022, deverão ocorrer no ano em curso um conjunto de intervenções muito relevantes para o TIP, entre as quais se destacam:

A. API Andante / API APex

Desenvolvimento e disponibilização de uma nova API Andante, a API APex, elemento essencial para garantir a intermodalidade no Sistema Intermodal Andante, de forma simples, eficiente e generalizada.

Das ações a desenvolver, destacam-se:

- Adaptação ao SIA e produção de nova versão da documentação partilhada com a TML;
- Upgrade da API Andante para adaptação ao modelo de "Interface", formato de "Transações", "Ficheiros de Configuração" e "Listas de Ação" da API APex;
- Desenvolvimento de uma extensa capacidade de configuração remota da API APex, de forma a permitir que, a partir do TIP, se possa alterar parâmetros de funcionamento, e se possam atualizar Topologia da Rede, Oferta Comercial (Tarifários), Regras de Negócio e Listas de Ação, sem necessidade de recorrer sistematicamente à geração e disseminação de uma nova biblioteca da API.
- Front-End para edição dos "Ficheiros de Configuração" da API APex, produção de uma versão dos mesmos por Operador, e criação do respetivo mecanismo de difusão.
- Integração com a tecnologia EMVco/MTT, para permitir a sua generalização a todos os operadores da AMP;
- Integração do suporte ao ANDA;
- Desenvolvimento de versão-servidor da API APex, para modo de Validação Remota, on-line (*account-based*).

B. MeSS: Merchant Secure Server

Desenvolvimentos continuados do MeSS, especializados em cada um dos canais específicos de comunicação com o exterior, i.e., operadores, redes externas de elevada capilaridade e aplicações externas multisserviços, bem como melhoria do portal de gestão e monitorização.

C. CCB/PG/A: Plataforma de Gestão *intermodal* Andante

O TIP iniciará a contratação para o desenvolvimento da PG/A, constituindo-se como uma mudança estrutural dos sistemas de informação e gestão de atividade/negócio do TIP, bem como o mais relevante investimento de 2022. Será um projeto plurianual, mas que se espera com uma importante primeira fase concluída durante 2022.

Esta plataforma apostará num padrão arquitetural avançado, essencial para responder eficazmente às atuais dinâmicas de digitalização, apostando numa visão integrada de recursos e metodologias como virtualização, micro-serviços, big data, contentorização e integração contínua entre desenvolvimento e operacionalização, para uma solução “à prova de futuro”.

Com este salto tecnológico, ficará o TIP mais capacitado, não só a acomodar, mas até a dinamizar, respostas a um futuro certamente desafiante, nomeadamente em termos da sua integração num panorama mais amplo da gestão da mobilidade na AMP.

D. ANDA

O TIP prevê para 2022 o relançamento do projeto ANDA com incidência no desenvolvimento de uma diversidade de novos elementos:

- Desenvolvimento da versão do ANDA para IOS, na sequência dos novos desenvolvimentos da APPLE com a RATP (Paris);
- Integração do ANDA no novo Portal Andante;
- Criação de ferramenta *Dashboard* de monitorização do funcionamento e análise de dados.

E. EMVco / MTT

O TIP considera ter condições para arrancar em 2022 com a Fase 2 do projeto EMVco/MTT, generalizando a sua utilização à totalidade da rede do Metro do Porto e, gradualmente, e à medida da disponibilização de nova tecnologia de validadores pelos respetivos operadores, propagando à STCP e CP.

O TIP acredita no enorme impacto que este tipo de tecnologia terá no pagamento/acesso aos transportes em particular e aos serviços de mobilidade (MaaS) em geral, prevendo em 2022 atividade relevante:

- Certificação dos novos Validadores que venham a ser instalados na rede (MP, STCP, CP, ...);
- Extensão do conceito a todo o tarifário Andante;

- Lançamento do conceito MaaS baseado nesta tecnologia e no conceito de “roaming” dos motores de pagamento/transações.

F. Portal Andante

O Portal Andante, foi uma das apostas mais estruturante do TIP em 2019/2020/2021, sendo necessário garantir a finalização e respetivo lançamento em 2022.

G. Infraestrutura IT

A atividade do TIP está assente numa infraestrutura IT própria. Apesar desta estar baseada nos mais modernos conceitos de segurança e redundância (HW, Back-Up e Comunicações), está concentrada num único Datacenter (STCP), instalado na Torre das Antas.

Para além da importância de suporte, sem interrupção, da atividade em geral, a arquitetura de bilhética do TIP caminha para maior dependência de comunicações on-line (em tempo-real), tornando agora mais premente a criação de um Datacenter geograficamente redundante, no qual o tipo aposta como reforço da sua infraestrutura IT para 2021.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021



Balço em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31.12.2021	30.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	920 329	1 183 689
Ativos intangíveis	6	1 939 776	1 985 850
		2 860 105	3 169 539
Ativo corrente			
Inventários	7	451 273	428 873
Cientes	8	1 919 294	922 042
Estado e outros entes públicos	9	65 965	103 457
Outros créditos a receber	10	3 197 981	2 023 332
Diferimentos	11	946	820
Caixa e depósitos bancários	4	14 449 182	11 559 077
		20 084 641	15 037 601
Total do ativo		22 944 746	18 207 141
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	3 755 169	3 948 655
Subsídios ao investimento	12	743 643	877 734
Resultado líquido do período	12	47 471	(193 486)
Total do capital próprio	12	4 576 283	4 662 904
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	731 566	690 260
Fornecedores de investimentos	15	51 224	191 823
Estado e outros entes públicos	9	5 294	128 909
Outras dívidas a pagar	16	17 575 435	12 533 245
Diferimentos	11	4 944	
		18 368 463	13 544 237
Total do passivo		18 368 463	13 544 237
Total do capital próprio e do passivo		22 944 746	18 207 141

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo
em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Réditos			
Vendas e serviços prestados	17	4 623 367	4 063 515
Outros rendimentos			
Subsídios à exploração		1 412	
Trabalhos para a própria entidade	24		2 948
Imparidade de dívidas a receber (reversões)			38
Outros rendimentos e ganhos	18	246 403	340 929
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(224 203)	(178 053)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3 092 589)	(2 924 934)
Gastos com o pessoal	21	(634 107)	(655 431)
Outros gastos e perdas	22	(84 899)	(118 382)
Provisões líquidas	13		11 166
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		835 385	541 795
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(763 123)	(715 933)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		72 262	(174 137)
Juros e gastos similares suportados	23	(23 258)	(15 837)
Resultado antes de impostos		49 004	(189 975)
Imposto sobre o rendimento do período	9	(1 533)	(3 511)
Resultado líquido do período		47 471	(193 486)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no capital próprio de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021

Unidade: **Euros**

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2020	1	30 000	1 012 410	1 671 395	2 277 260	4 991 065
Alterações no Período:						
Aplicação dos resultados				2 277 260	-2 277 260	0
Varição subsídios ao investimento			-134 675			-134 675
	2	0	-134 675	2 277 260	-2 277 260	-134 675
Resultado Líquido do Período	3				-193 486	-193 486
Resultado Integral	4 = 2 + 3					-193 486
Capital próprio em 31-12-2020	6 12	30 000	877 734	3 948 655	-193 486	4 662 904
Alterações no Período:						
Aplicação dos resultados				-193 486	193 486	0
Varição subsídios ao investimento			-134 091			-134 091
	7	0	-134 091	-193 486	193 486	-134 091
Resultado Líquido do Período - 2021	8				47 471	47 471
Resultado Integral - 2021	9 = 7 + 8					47 471
Capital próprio em 31-12-2021	10 12	30 000	743 643	3 755 169	47 471	4 576 283

Demonstração dos Fluxos de Caixa
dos períodos de 2021 e 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</u>			
Recebimentos de clientes		3 246 541	4 584 395
Pagamentos a fornecedores		(3 376 340)	(3 526 186)
Pagamentos ao pessoal		(644 837)	(640 429)
	Caixa gerada pelas operações	(774 636)	417 780
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(3 511)	(604)
Outros recebimentos/pagamentos		(131 460)	(182 854)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(909 607)	234 322
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</u>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		(359 178)	(129 347)
Ativos intangíveis		(243 844)	(418 107)
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(603 021)	(547 454)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e Doações		27 069	0
Valores a transferir para os operadores		73 906 993	68 013 885
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos efetuados aos operadores		(69 531 329)	(67 465 548)
Juros e gastos similares		0	(32)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	4 402 733	548 305
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 890 105	235 173
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	11 559 077	11 323 905
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	14 449 182	11 559 077

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

do período findo em 31 de dezembro de 2021

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de maio de 2022. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2021, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

O princípio subjacente à elaboração das demonstrações financeiras foi o da continuidade das operações, não obstante o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto estabelecer a dissolução do A.C.E..

Em 31 de dezembro de 2021 o fundo de maneió - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 1.716.178 euros (positivo no montante de 1.493.364 euros em 31 de dezembro de 2020), sendo que o grau de liquidez imediata se situou nos 2,21 (2,55 em 31 de dezembro de 2020), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e depósitos bancários	14.449.182	11.559.077
Receita em poder de terceiros	1.484.995	1.198.565
Operadores conta corrente	1.167.491	465.657
(1) Disponibilidades	<u>17.101.668</u>	<u>13.223.299</u>
Fornecedores	731.566	690.260
Fornecedores de investimentos	51.224	191.823
Estado e outros entes públicos	5.294	128.909
Credores diversos	6.608.433	3.923.074
Remunerações	63.950	71.763
Outros	271.426	170.013
(2) Passivo de curto prazo (i)	<u>7.731.893</u>	<u>5.175.842</u>
(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata	<u>2,21</u>	<u>2,55</u>

- (i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores	297.026	296.899
Créditos diversos	5.259.205	2.724.788
Passivo curto prazo – Agrupadas	<u>5.556.231</u>	<u>3.021.687</u>
Fornecedores	434.540	393.360
Créditos diversos	1.741.122	1.760.794
Passivo curto prazo – Outras Entidades	<u>2.175.662</u>	<u>2.154.155</u>
Total do Passivo curto prazo	<u>7.731.893</u>	<u>5.175.842</u>

Conforme referido na nota 16 às contas, em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos na rubrica de Receita a repartir 10.631.626 euros relativos à venda de títulos intermodais Andante (8.368.395 em 31 de dezembro de 2020), no entanto, de acordo com o Modelo de Repartição (procedimento que divide a receita intermodal pelos operadores aderentes), estes valores só serão processados em momento posterior ao da utilização da respetiva viagem. Assim, nos moldes definidos e uma vez que a aquisição de viagem ocorre necessariamente em momento anterior ao da sua utilização, poderá suceder um hiato temporal entre os valores reconhecidos na rubrica de Receita a repartir e a correspondente repartição pelos operadores aderentes. Tipicamente esse hiato temporal pode situar-se entre os 45 dias e os 2 anos, encontrando-se também reconhecido na conta de receita a repartir um montante de 101.411 euros em 31 de dezembro de 2021 relativo

a viagens não reclamadas, sem expectativa de repartição por limitação do modelo de repartição em vigor (101.411 euros em 31 de dezembro de 2020).

Não obstante, é expectativa da Administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2021 são credores de um passivo de curto prazo de 5.556.231 euros (3.021.687 euros em 31 de dezembro de 2020).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>N.º de anos</u>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.3. Inventários

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do ACE.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2020, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de “Clientes e Outros créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.7. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.8. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

3.10. Rédito

a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11.2 . Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.11.3 . Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

3.12. Alterações das políticas contabilísticas

3.12.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Depósitos bancários	12.498.106	11.317.325
Caixa	1.951.076	241.753
Caixa e equivalentes de caixa	<u>14.449.182</u>	<u>11.559.077</u>

A rubrica “caixa” inclui receita em transitio no valor de 1.675.372 euros (-13.589 euros em 31 de dezembro de 2020) correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2021.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2021

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
1 de janeiro de 2021						
Custo de Aquisição	7.460	10.663.921	4.000	795.810	1.553	11.472.744
Depreciações acumuladas	-6.862	-9.536.188	-3.667	-741.895	-443	-10.289.054
Valor Líquido	598	1.127.733	333	53.915	1.110	1.183.689
Variação do período						
Adições	0	144.588	0	13.891	99	158.578
Alienações/abates	0	0	0	0	0	0
Depreciação-exercício	-82	-377.127	-333	-44.152	-245	-421.939
Depreciação-alienações	0	0	0	0	0	0
Valor Líquido	-82	-232.539	-333	-30.261	-146	-263.361
31 de dezembro de 2021						
Custo de Aquisição	7.460	10.808.509	4.000	809.701	1.652	11.631.322
Depreciações acumuladas	-6.944	-9.913.315	-4.000	-786.048	-687	-10.710.993
Valor Líquido	516	895.194	0	23.654	965	920.329

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
1 de janeiro de 2020						
Custo de Aquisição	7.460	10.513.712	4.000	745.900	1.537	11.272.609
Depreciações acumuladas	-6.781	-9.140.794	-2.667	-690.795	-247	-9.841.284
Valor líquido	679	1.372.918	1.333	55.105	1.290	1.431.325
Varição do período						
Adições	0	154.728	0	49.910	16	204.653
Alienações/abates	0	-4.518	0	0	0	-4.518
Depreciação-exercício	-82	-396.649	-1.000	-51.100	-196	-449.026
Depreciação-alienações	0	1.255	0	0	0	1.255
Valor líquido	-82	-245.184	-1.000	-1.190	-179	-247.635
31 de dezembro de 2020						
Custo de Aquisição	7.460	10.663.921	4.000	795.810	1.553	11.472.744
Depreciações acumuladas	-6.862	-9.536.188	-3.667	-741.895	-443	-10.289.054
Valor líquido	598	1.127.733	333	53.915	1.110	1.183.689

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2021

	Projetos em desenv.	Programas diversos	Aplicação ANDA	Aplicação Beyond ANDA	Portal Andante	Cartão Bancário S/ Contacto	Total
1 de janeiro de 2021							
Custo de Aquisição	525.515	107.760	1.938.791	95.373	0	0	2.667.439
Amortizações acumuladas	0	-74.236	-586.490	-20.863	0	0	-681.589
Valor líquido	525.515	33.524	1.352.301	74.510	0	0	1.985.850
Varição do período							
Adições	95.335	150.450	0	0	0	60.000	305.785

Transferências e abates	-532.650	0	0	48.800	191.232	292.618	0
Regularizações	0	0	0	-10.675	0	0	-10.675
Amortizações-exercício	0	-44.520	-242.349	-18.022	-17.928	-18.366	-341.184
Depreciação-abates	0	0	0	0	0	0	0
Valor Líquido	-437.315	105.930	-242.349	20.103	173.304	334.252	-46.074

31 de dezembro de 2021

Custo de Aquisição	88.200	258.211	1.938.791	144.173	191.232	352.618	2.973.224
Amortizações acumuladas	0	-118.756	-828.839	-49.559	-17.928	-18.366	-1.033.448
Valor Líquido	88.200	139.454	1.109.952	94.614	173.304	334.252	1.939.776

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2020

	Projetos em desenvolvimento	Programas diversos	Aplicação ANDA	Aplicação Beyond ANDA	Total
1 de janeiro de 2020					
Custo de Aquisição	116.034	93.156	1.938.791	95.373	2.243.354
Amortizações acumuladas	0	-61.599	-344.141	-8.941	-414.682
Valor Líquido	116.034	31.557	1.594.650	86.432	1.828.672
Varição do período					
Adições	409.481	14.604	0	0	424.085
Transferências e abates	0	0	0	0	0
Amortizações-exercício	0	-12.637	-242.349	-11.922	-266.907
Depreciação-abates	0	0	0	0	0
Valor Líquido	409.481	1.968	-242.349	-11.922	157.178
31 de dezembro de 2020					
Custo de Aquisição	525.515	107.760	1.938.791	95.373	2.667.439
Amortizações acumuladas	0	-74.236	-586.490	-20.863	-681.589
Valor Líquido	525.515	33.524	1.352.301	74.510	1.985.850

Os projetos em desenvolvimento “Portal Andante” e “Cartão bancário sem contacto” entraram em funcionamento durante o período findo em 31 de dezembro de 2021.

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 451.273 euros (428.873 euros em 31 de dezembro de 2020), 354.349 euros encontravam-se em poder do TIP e 96.924 euros encontravam-se em trânsito.

8. CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Clientes – Entidades públicas	1.397.559	739 708
Clientes – Entidades não públicas	521.734	182 334
Clientes em mora à mais de 24 meses	20.708	20 708
Clientes - Perdas por imparidade	-20.708	-20 708
Total Clientes	1.919.294	922 042

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	31.12.2021	31.12.2020
Município de Vila Nova de Gaia	877.357	237.616
Município do Porto	285.903	406.043
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	215.636	43.424
Metro do Porto, S.A.	205.002	99.069
Direcção Geral da Adm.da Justiça	104.127	22.349
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	76.032	44.357
Empresa de Transp. Gondomarense	20.066	-743
Alternância-Ens.Form.Profissional	16.962	7.733
Câmara Municipal de Matosinhos	14.088	0
Outras dívidas de clientes	104.122	62.195
Total Clientes	1.919.294	922.042

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
Cientes com créditos em mora à mais de 24 meses:					
Setor empresarial e particulares	7.254	0	0	0	7.254
Setor público	13.455	0	0	0	13.455
Total de imparidades de clientes	20.708	0	0	0	20.708

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentavam-se como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA- A recuperar	61.081		98.573	
IVA- A pagar		0		118.719
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)		3.487		5.194
IRC – Retenções na fonte a receber	4.883		4.883	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)		0		
IRC – Tributações autónomas		1.533		3.511
Contribuições para a Segurança Social		274		1.485
	65.965	5.294	103.457	128.909

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos mais significativos da rubrica “Outros créditos a receber” apresentavam-se como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Receita em poder de terceiros	1.481.182	1.198.565
Receita intermodal a transferir	1.167.491	465.657
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	308.928	231.252
Acrésc. rendimento-Comissões Monomodais	4.691	2.595
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Outros acrésc. rendimentos	174.189	63.762
Total de Outros créditos a receber	3.197.981	2.023.332

A rubrica “receita em poder de terceiros” no valor de 1.481.182 euros corresponde aos valores de receita intermodal em transito à data de 31 de dezembro de 2021 (1.198.565 euros à data de 31 de dezembro de 2020) e que ainda não sido transferidos para as contas bancárias do TIP.

A rubrica “receita intermodal a transferir” no valor de 1.167.491 euros corresponde a receita de títulos vendidos nos postos de venda CP e que, à data de 31 de dezembro de 2021, ainda não sido transferidos para as contas bancárias do TIP (465.657 euros à data de 31 de dezembro de 2020).

11.DIFERIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos da rubrica “Diferimentos” apresentavam-se como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Diferimentos				
Gastos a reconhecer	946	0	820	0
Rendimentos a reconhecer	0	4.944	0	0
	946	4.944	820	0

A rubrica “Diferimentos - Ativo” corresponde a prémios de seguros já liquidados e cujo registo do correspondente gasto será efetuado no período seguinte.

A rubrica “Diferimentos - Passivo” corresponde a subsídios recebidos cujo registo do correspondente rendimento será efetuado durante o ano de 2022.

12.CAPITAL

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância

acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2021, de 3.755.169 Euros (3.948.655 Euros Euros em 2020).

Subsídios ao investimento

Projeto "anda"

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, na sequência da candidatura do projeto "anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 982.028 euros.

Projeto "*(beyond)* anda"

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, na sequência da candidatura do projeto "*(beyond)* anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 150.000 euros. Já no período findo em 31 de dezembro de 2019, o investimento elegível para a candidatura do projeto "*(beyond)* anda" fixou-se em 144.173 euros tendo o TIP, nessa sequência, devolvido à entidade gestora o montante de 5.827 euros de subsídios recebidos.

No que respeita ao do projeto "*(beyond)* anda", este divide-se em dois tópicos:

- "Validação-Slave": Análise e avaliação de arquiteturas alternativas de validação, baseadas em interfaces abertas não proprietárias, que diminuam os custos, a complexidade e a logística de instalação e manutenção, importantes na equação de modernização dos sistemas de bilhética. Total do investimento participado 95.373 euros, com início de utilização em abril de 2019;
- "Interoperabilidade HCE": Desenvolvimento dos mecanismos necessários à generalização do anda a outras geografias, em todos os seus aspetos, nomeadamente no que enfrenta maior desafio que é a validação baseada em HCE, garantindo o tratamento transparente e ubíquo dos diferentes modelos de dados e tarifários. Total do investimento participado 48.800 euros.

A componente "Interoperabilidade HCE" do projeto "*(beyond)* anda" ainda se encontra em fase de construção ou de instalação e, por isso, não está em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu à sua depreciação ou amortização em 2020 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados do subsídio recebido, que teria por base a amortização praticada.

Projeto “Sama 2020”

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, na sequência da candidatura do projeto "Sama 2020": Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública, o TIP recebeu do Fundo Social Europeu o montante total de 103.579 euros.

Em virtude dos ativos subjacentes ainda se encontrarem em fase de construção ou de instalação e, por isso, ainda não estarem em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2020 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados dos subsídios recebidos, que teria por base as amortizações praticadas.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

	Notas	Fundo Ambiental	Fundo Social Europeu	Total
1 de janeiro de 2020		935 900	76 509	1 012 410
Adições		0	0	0
Regularizações por resultados	18	-134 675	0	-134 675
31 de dezembro de 2020		801 225	76 509	877 734
Adições		0	27.069	27.069
Regularizações por resultados	18	-151.450	-9.710	-161.161
31 de dezembro de 2021		649.775	103.579	743.643

Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	Montante
1 de janeiro de 2020	2.277.260
Aplicação dos resultados	-2.277.260
Resultado do período	-193.486
31 de dezembro de 2020	-193.486
Aplicação dos resultados	193.486
Resultado do período	47.471
31 de dezembro de 2021	47.471

13.PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo ACE, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais, não foram constituídas provisões para processos em contencioso envolvendo o ACE. No final do período de 31 de dezembro de 2021 o saldo de provisões era nulo (nulo em 31 de dezembro de 2020).

14.FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Metro do Porto, S.A.	206.910	190.851
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	108.223	171.737
Confidex Oy	96.924	0
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	74.240	91.984
Grupo 8-Vigilância e Prevenção	65.723	66.959
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	52.680	60.196
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	37.437	45.853
Outras dívidas a fornecedores	89.431	62.680
	<u>731.566</u>	<u>690.260</u>

15.FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	46.832	41.697
PRN - Informática, Lda	3.026	0
ARLINDO DE SOUSA - MARCAS E PATENTE	966	966
Outros	400	149.161
Total de fornecedores de investimentos	<u>51.224</u>	<u>191.823</u>

16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Receita a repartir pelos operadores	10.631.626	8.368.395
Metro do Porto, S.A.	2.924.567	1.125.034
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	1.895.774	1.189.126
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	438.863	410.628
Empresa de Transp. Gondomarense	241.540	138.859
VIAMOVE-Soluções de Mobilidade, Lda	163.327	103.238
MGC-Moreira Gomes & Costas,Lda	130.917	76.835
Caima Transportes, S.A	124.276	29.731
Outras contas a pagar	1.024.543	1.091.400
Total de outras contas a pagar (saldo corrente)	17.575.435	12.533.245

	31.12.2021	31.12.2020
Outros credores		
Credores diversos i)	6.608.433	3.923.074
Receita a repartir ii)	10.631.626	8.368.395
Acréscimos de gastos		
Remunerações	63.950	71.763
Outros	271.426	170.013
	17.575.435	12.533.245

- i) A rubrica “Credores diversos” refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.
- ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 10.631.626 euros (8.368.395 euros em 31 de dezembro de 2020).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 101.177 euros em 31 de dezembro de 2021 (117.767 euros em 31 de dezembro de 2020): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a não repartir no montante nulo em 31 de dezembro de 2021 (515.519 euros em 31 de dezembro de 2020): diz respeito ao valor das assinaturas anuais carregadas ao abrigo do "Protocolo Andante Porto", não utilizadas e que, em consequência, não foram objeto de repartição pelos operadores de transporte. Montante que será devolvido ao contraente.
- Receita a desreconhecer, 31 de dezembro de 2021, no montante de 55.636 euros (83.372 euros em 31 de dezembro de 2020): diz respeito ao desreconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos).

Assim a rubrica "Receita a repartir" corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2021	31.12.2020
Títulos Ocasionais não validados	8.611.450	6.514.453
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	1.834.891	1.627.644
Talões "Vale Numerário" não reclamados	45.796	74.567
Viagens não reclamadas	101.411	101.411
Validações repartidas no ano seguinte	38.078	50.320
Receita Intermodal	10.631.626	8.368.395

A rubrica "Viagens não reclamadas" resulta da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2021, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2021 de 10.631.626 euros (8.368.395 euros em 31 de dezembro de 2020) e as correspondentes responsabilidades de 10.530.215 euros

(8.266.984 euros em 31 de dezembro de 2020). O valor desta rubrica ascende a 101.411 em 31 de dezembro de 2021 (101.411 euros em 31 de dezembro de 2020).

17.VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prestação de serviços – Ambito intermodal	3.195.996	2 921 270
Vendas mercadorias – Títulos	1.413.986	1 119 494
Prestação de serviços – Ambito monomodal	13.384	22 751
Total de vendas e serviços prestados	<u>4.623.367</u>	<u>4 063 515</u>

18.OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imputação de subsídios ao investimento	12	161.161	134.675
Desreconhecimento Vales/Numerário		55.636	83.372
Outros		29.606	122.881
Total de outros rendimentos e ganhos		<u>246.403</u>	<u>340.929</u>

A rubrica "Desreconhecimento Vales/Numerário" corresponde aos talões "Vale Numerário" expirados (data de emissão anterior à data do balanço - 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 55.636 euros em 31 de dezembro de 2021 (83.372 euros em 31 de dezembro de 2020).

19.CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Existências iniciais		428.873	484.415
Compras		246.233	146.283
Regularizações	7	371	-23.772
Existências finais	7	-451.273	-428.873
Gasto do período		<u>224.203</u>	<u>178.053</u>

Em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em transito mercadorias no montante de 96.924 euros (valor nulo em em 31 de dezembro de 2020).

20.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Subcontratos	2.062.539	1 899 106
Serviços especializados	804.928	774 581
Serviços diversos	200.202	210 618
Materiais	18.435	32 157
Outros	6.485	8 472
Total de fornecimentos e serviços externos	<u>3.092.589</u>	<u>2 924 934</u>

A rubrica “Subcontratos” refere-se essencialmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente recursos humanos (854.033 euros em 31 de dezembro de 2021 e 795.200 euros em 31 de dezembro de 2020), comissões a revendedores (704.002 euros em 31 de dezembro de 2021 e 634.218 euros em 31 de dezembro de 2020), comissões de processamento de pagamentos (303.658 euros em 31 de dezembro de 2021 e 323.162 euros em 31 de dezembro de 2020), transporte e tratamento de valores (105.366 euros em 31 de dezembro de 2021 e 62.308 euros em 31 de dezembro de 2020) e comissões pagamentos automáticos (95.479 euros em 31 de dezembro de 2021 e 84.217 euros em 31 de dezembro de 2020).

A evolução desta rúbrica foi naturalmente condicionada pela redução da procura verificada em 2020 e 2021, consequência das limitações e ajustamentos significativos à operação do transporte público de passageiros, medidas decorrentes da pandemia COVID-19, nomeadamente das orientações da Direção-Geral da Saúde e da imposição do Estado de Emergência.

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética (270.089 euros em 31 de dezembro de 2021 e 312.470 euros em 31 de dezembro de 2020) e trabalhos especializados (532.306 euros em 31 de dezembro de 2021 e 461.517 euros em 31 de dezembro de 2020).

21.GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações		
Órgãos sociais	53.871	67 878
Pessoal	448.293	450 103
	502.163	517 980
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	115.236	119 545
Custos de ação social	2.881	3 760
Outros	13.826	14 145
	131.943	137 451
Total de gastos com o pessoal	634.107	655 431

O número médio de colaboradores do ACE em 2021 foi de 13 (13 em 2020), conforme se segue:

Descrição	Nº Colaboradores
Quadros da Metro do Porto cedidos ao TIP	8
Quadros da STCP cedidos ao TIP	4
Em estágio pelo IEFP	1

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Correções relativas a períodos anteriores	82.173	94.230
Impostos e taxas	2.469	99
Multas e penalidades	224	252
Quebras em inventários	0	23.772
Outros	33	29
Total de outros gastos e perdas	84.899	118.382

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Gastos com serviços bancários	23.247	15 693
Outros	11	144
Total de juros e gastos similares suportados	<u>23.258</u>	<u>15 837</u>

A rubrica “Gastos com serviços bancários” corresponde, essencialmente, a encargos com transações eletrónicas de recebimentos de clientes (23.247 euros em 31 de dezembro de 2021 e 15.693 euros em 31 de dezembro de 2020), sendo a sua evolução justificada pelo incremento da atividade do ACE.

24. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

A quantia reconhecida na rubrica “Trabalhos para a própria entidade” refere-se exclusivamente a alocação de recursos (humanos) internos ao projeto em desenvolvimento “anda”, projeto já em funcionamento caracterizado pela disponibilização ao cliente de um sistema de pagamento pela utilização de transporte público com recurso à tecnologia dos *smartphones*, e apresenta no final de 2021 valor nulo (2.948 euros em 2020).

25. PARTES RELACIONADAS

Transações entre partes relacionadas

Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S.A.

STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.

Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prestação de Serviços		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	262.296	357 636
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto, E.I.M., S.A	1.277.952	1 548 209
Metro do Porto, S.A.	3.365.034	2 382 108
	<u>4.905.283</u>	<u>4 287 952</u>
Aquisição de Serviços (incl receita)		

CP Comboios de Portugal E.P.E.	6.559.822	8 665 809
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto, E.I.M., S.A	23.601.502	22 101 989
Metro do Porto, S.A.	58.538.419	29 236 552
	<u>88.699.743</u>	<u>60 004 350</u>

Os saldos finais a 31 de dezembro de 2021 e os respetivos valores comparativos de 31 de dezembro de 2020 das rubricas “Prestação de Serviços - CP” e “Prestação de Serviços - STCP” refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldos devedores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	76.032	44 357
Metro do Porto, S.A.	205.002	99 069
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto, E.I.M., S.A	215.636	43 424
	<u>496.670</u>	<u>186 851</u>
Saldos credores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	491.543	470 824
Metro do Porto, S.A.	3.131.477	1 333 060
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1.933.212	1 240 660
	<u>5.556.231</u>	<u>3 044 543</u>

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, de 5.000 euros (5.000 euros em 31 de dezembro de 2020).

27.EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

28.Informação adicional COVID-19

A pandemia provocada pelo COVID-19 continua a afetar significativamente a atividade do ACE no início do ano de 2022. Os efeitos desta pandemia, que já se fazem sentir desde março de 2020, continuam a repercutir-se numa procura aquém da que vinha a ser registada nos períodos pré-pandemia. O início do ano de 2022 registou máximos consecutivos de novos casos diários em Portugal, ainda que com impacto moderado no Sistema Nacional de Saúde e na mortalidade (e consequentemente também no quotidiano da população), o que permitiu o levantamento progressivo das restrições impostas à população desde o início do ano. Esta realidade, caracterizada por uma presença ainda significativa do vírus mas com impacto moderado na população à medida que a imunidade de grupo é atingida, permite criar a expectativa de melhoria dos resultados de 2022 face aos atingidos em 2021.

Não obstante, a continuidade da atividade do Agrupamento, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros, não se perspetivam comprometidos por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme previsto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73 .

ANEXOS



INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA RELEVANTE

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2019	2020	2021	Δ 20/21
Andante PVC TIP	121 020	58 372	73 838	26,50%
Andante PVC 4_18	28 104	11 385	14 857	30,50%
Andante PVC Sub23	27 127	15 344	18 059	17,69%
Person. Func./Familiar STCP	796	480	593	23,54%
Total PVC	177 047	85 581	107 347	25,43%
Cartão Andante CTS TIP	3 229 063	1 246 930	1 572 201	26,09%
TOTAL	3 406 110	1 332 511	1 679 548	26,04%

Carregamentos por tipo de título *

Título de Transporte	2019	2020	2021	Δ 20/21
Títulos de Viagem	26 900 274	13 858 736	16 035 130	15,70%
Andante 24	233 089	59 726	86 847	45,41%
Andante Tour 1	72 188	11 415	18 203	59,47%
Andante Tour 3	89 975	16 882	19 530	15,69%
Total Títulos Ocasionais	27 295 526	13 946 759	16 159 710	15,87%
Assinatura Normal	1 070 582	782 932	818 990	4,61%
Assinatura 4_18	105 841	119 569	133 006	11,24%
Assinatura 4_18 (A)	71 854	37 393	36 410	-2,63%
Assinatura Criança	7 073	-	-	-
Assinatura Estudante	184 980	-	-	-
Assinatura 3ª Idade	397 376	271 497	278 090	2,43%
Assinatura Ref. / Pens.	466	-	-	-
Assinatura Sub23	85 361	85 881	104 413	21,58%
Assinatura Sub23 (A)	134 928	89 292	101 284	13,43%
Social +	232 313	155 644	146 982	-5,57%
Social + (A)	66 198	46 437	47 874	3,09%
Social + (D)	5 623	3 079	3 280	6,53%
Social + (R)	41	12	5	-58,33%
Família		10 666	24 507	129,77%
Sub 13	17 163	15 878	17 820	12,23%
Assinatura P&R	2 048	920	770	-16,30%
Antigos Combatentes			42 845	
Total Títulos Assinatura	2 381 847	1 619 200	1 756 276	8,47%
TOTAL	29 677 373	15 565 959	17 915 986	15,10%

* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)

	2019	2020	2021	Δ 20/21
Andante PVC TIP	672 232,00 €	333 757,00 €	432 965,00 €	29,72%
Andante PVC 4_18	57 762,00 €	30 088,00 €	39 250,00 €	30,45%
Andante PVC Sub23	50 372,00 €	40 490,00 €	50 139,00 €	23,83%
Total PVC	780 366,00 €	404 335,00 €	522 354,00 €	29,19%
Cartão Andante CTS TIP	1 934 854,70 €	747 314,00 €	942 518,60 €	26,12%
TOTAL	2 715 220,70 €	1 151 649,00 €	1 464 872,60 €	27,20%

Receita de carregamentos por tipo de título *

Título de Transporte	2019	2020	2021	Δ 20/21
Títulos de Viagem	36 766 578,40 €	18 660 435,45 €	21 657 245,25 €	16,06%
Andante 24	1 178 776,05 €	303 986,60 €	446 810,85 €	46,98%
Andante Tour 1	503 453,10 €	79 691,00 €	126 832,25 €	59,16%
Andante Tour 3	1 348 307,40 €	253 035,00 €	292 412,20 €	15,56%
Total Títulos Ocasionais	39 797 114,95 €	19 297 148,05 €	22 523 300,55 €	16,72%
Assinatura Normal	37 431 174,65 €	27 416 727,50 €	28 805 134,10 €	5,06%
Assinatura 4_18	2 759 816,15 €	3 143 988,50 €	3 468 512,50 €	10,32%
Assinatura 4_18 (A)	998 780,60 €	538 582,00 €	522 070,00 €	-3,07%
Assinatura Criança	171 381,30 €	-	-	-
Assinatura Estudante	4 967 509,80 €	-	-	-
Assinatura 3ª Idade	10 842 994,60 €	7 438 890,00 €	7 633 029,30 €	2,61%
Assinatura Ref. / Pens.	13 760,30 €	-	-	-
Assinatura Sub23	2 342 257,40 €	2 391 921,50 €	2 994 042,00 €	25,17%
Assinatura Sub23 (A)	2 104 728,60 €	1 399 202,00 €	1 618 306,00 €	15,66%
Social +	6 303 361,00 €	4 222 677,50 €	4 017 822,50 €	-4,85%
Social + (A)	1 213 028,75 €	859 580,00 €	890 260,00 €	3,57%
Social + (D)	152 228,40 €	84 210,00 €	90 502,50 €	7,47%
Social + (R)	1 080,70 €	292,50 €	120,00 €	-58,97%
Família	-	238 040,00 €	538 420,00 €	126,19%
Assinatura P&R	34 561,00 €	15 504,00 €	12 988,00 €	-16,23%
Antigos Combatentes	-	-	3 080,00 €	-
Total Títulos Assinatura	69 336 663,25 €	47 749 615,50 €	50 594 286,90 €	5,96%
TOTAL	109 133 778,20 €	67 046 763,55 €	73 117 587,45 €	9,05%

* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal

	2019	2020	2021	Δ 20/21
MVAs rede MP	47 583 279,95 €	25 326 847,50 €	28 777 966,50 €	13,63%
PayShop	31 444 038,15 €	24 467 459,05 €	25 287 338,35 €	3,35%
Pagaqui	2 084 382,20 €	-	-	-
Lojas Andante	15 066 969,05 €	7 390 520,15 €	7 867 356,20 €	6,45%
CP Porto	5 934 401,55 €	3 802 806,30 €	4 375 732,25 €	15,07%
MVAs rede CP	4 473 619,35 €	2 998 708,70 €	3 194 471,45 €	6,53%
STCP	65 734,10 €	10 192,15 €	- €	-
SIBS	3 255 753,85 €	3 162 740,50 €	3 790 762,50 €	19,86%
Privados	636 982,15 €	361 202,60 €	389 822,50 €	7,92%
Revendedores	804 324,45 €	336 422,05 €	393 983,70 €	17,11%
Anda	499 514,10 €	341 513,55 €	450 208,60 €	31,83%
VISA	-	-	54 818,00 €	-
TOTAL	111 848 998,90 €	68 198 412,55 €	74 582 460,05 €	9,36%

Validações por tipo de título

Título de Transporte	2019	2020	2021	Δ 20/21
Títulos de Viagem	33 865 931	17 967 605	20 591 781	14,61%
Andante 24	730 255	192 828	257 996	33,80%
Andante Tour 1	281 331	66 231	73 312	10,69%
Andante Tour 3	837 520	167 508	176 545	5,39%
Total Títulos Ocasionalis	35 715 037	18 394 172	21 099 634	14,71%
Assinatura Normal	62 920 544	43 469 694	47 381 137	9,00%
Assinatura 4_18	4 669 322	4 821 443	5 085 149	5,47%
Assinatura 4_18 (A)	3 662 934	1 707 377	1 626 207	-4,75%
Assinatura Criança	263 829			
Assinatura Estudante	9 156 089	125	0	
Assinatura 3ª Idade	24 446 360	15 046 623	15 439 360	2,61%
Assinatura Ref. / Pens.	44 946	9	0	
Assinatura Sub23	4 043 207	3 038 195	3 831 390	26,11%
Assinatura Sub23 (A)	6 398 234	3 016 386	3 447 615	14,30%
Social +	17 845 657	10 769 611	10 519 041	-2,33%
Social + (A)	5 269 361	3 258 951	3 441 171	5,59%
Social + (D)	393 148	198 645	235 304	18,45%
Social + (R)	5 529	220	108	-50,91%
Família		515 373	1 203 109	133,44%
Sub 13	665 612	1 952 833	2 345 562	20,11%
Antigos Combatentes			656 696	
Total Títulos Assinatura	139 784 772	87 795 485	95 211 849	8,45%
TOTAL	175 499 809	106 189 657	116 311 483	9,53%

Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2019	2020	2021
Total Títulos Ocasionalis	1,17 €	1,09 €	1,11 €
Total Títulos Assinatura	0,50 €	0,55 €	0,54 €

Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título

Título de Transporte	2019	2020	2021
Títulos de Viagem	1,09 €	1,04 €	1,05 €
Andante 24	1,61 €	1,58 €	1,73 €
Andante Tour 1	1,79 €	1,20 €	1,73 €
Andante Tour 3	1,61 €	1,51 €	1,66 €
Total Títulos Ocasionais	1,11 €	1,05 €	1,07 €
Assinatura Normal	0,60 €	0,63 €	0,61 €
Assinatura 4_18	0,59 €	0,65 €	0,68 €
Assinatura 4_18 (A)	0,27 €	0,32 €	0,32 €
Assinatura Criança	0,65 €	-	-
Assinatura Estudante	0,54 €	-	-
Assinatura 3ª Idade	0,44 €	0,49 €	0,49 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,31 €	-	-
Assinatura Sub23	0,58 €	0,79 €	0,78 €
Assinatura Sub23 (A)	0,33 €	0,46 €	0,47 €
Social +	0,35 €	0,39 €	0,38 €
Social + (A)	0,23 €	0,26 €	0,26 €
Social + (D)	0,39 €	0,42 €	0,38 €
Social + (R)	0,20 €	1,33 €	1,11 €
Família		0,46 €	0,45 €
Sub13		-	-
Antigos Combatentes			0,00 €
Total Títulos Assinatura	0,50 €	0,54 €	0,53 €

Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)

Título de Transporte	2019	2020	2021
Títulos de Viagem	1,26	1,30	1,28
Andante 24	3,13	3,23	2,97
Andante Tour 1	3,90	5,80	4,03
Andante Tour 3	9,31	9,92	9,04
Total Títulos Ocasionais	1,31	1,32	1,31
Assinatura Normal	58,66	55,46	57,80
Assinatura 4_18	44,12	40,32	38,23
Assinatura 4_18 (A)	50,98	45,66	44,66
Assinatura Criança	37,30	-	-
Assinatura Estudante	49,50	-	-
Assinatura 3ª Idade	61,52	55,42	55,52
Assinatura Ref. / Pens.	96,45	-	-
Assinatura Sub23	47,37	35,38	36,69
Assinatura Sub23 (A)	47,42	33,78	34,04
Social +	76,82	69,19	71,57
Social + (A)	79,60	70,18	71,88
Social + (D)	69,92	64,52	71,74
Social + (R)	134,85	18,33	21,60
Família		48,32	49,09
Sub 13	38,78	122,99	131,63
Antigos Combatentes			15,33
Total Títulos Assinatura	58,69	54,22	54,21

Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração

Presidente Eng. Tiago Filipe da Costa Braga

Habilitações Académicas:

2011: Pós-Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro

1998: Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Atividade Profissional:

Desde 2019: Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

Presidente do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA

Presidente do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE

2018–2019: Responsável das Áreas de Abastecimento de Água, Laboratório, Manutenção, Direção de Operação de Águas Residuais, Sustentabilidade Empresarial e IDI da Empresa Águas do Centro Litoral, SA

2016–2019: Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

2016–2017: Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA

2013–2016: Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.

2013: Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia

2005–2013: Responsável Operacional / JTI, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador da LUSAENOR - Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação

2002–2005: Gestor Desenvolvimento e Produto APCER - Associação Portuguesa de Certificação

2000–2002: Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Indústria

Vogal Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos

Habilitações Académicas:

- 2019:** Curso de Excel pelo CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas
- 2017:** Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação
- 2010:** II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto
- 2008:** Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP
- 2004:** Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa
- 2000:** Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 1996:** Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto

Atividade Profissional:

- Desde 2016:** Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pelo Núcleo do Porto
Administradora do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2013–2016:** Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2012–2016:** Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- 2011–2013:** Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2011–2012:** Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações
- 2005–2013:** Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo Núcleo do Porto
- 2005:** Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto
- 2004–2005:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional
- 2002–2004:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional
- 2000–2002:** Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

1999–2002: Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

1996–1998: Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

Vogal Eng. Ângelo Augusto Santos Oliveira

Habilitações Académicas:

2020: Especialização em Gestão Industrial (I. P. Coimbra)

2015: Mestre em Direito e Segurança, pela Universidade Nova de Lisboa

2003: Pós-graduação (conducente a Mestrado) em Gestão Logística pela Universidade do Porto (EGP)

1997: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Mais de 30 cursos e pós-graduações, sem conferência de grau académico, em diversas áreas (finanças, defesa, gestão humana, estratégia, administração pública, segurança, cibersegurança, línguas), ministrados pelas Instituições: MIT, Vanderbilt University, Crestcom, PMG, Efacec SI, Unitar, IRSN / PFP, IADC, IDN, Cenatex, Institute for Executives, UNDP, Rede, IPAMB.

Atividade Profissional:

Desde 2018: Administrador Executivo da STCP, tutelado pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática.

2015 – 2016: Diretor-adjunto do Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Desde 1997: Funções ao nível de direção de compras, direção de operações, controlo de gestão, direção geral e administração em quatro grupos privados económicos, tendo gerido a implementação de projetos e operações em diversos países.

Exerceu as atividades de formador em diversas instituições, orador em eventos e autor de documentos na área da gestão, corporate governance e indústria.

Vogal Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade do Minho

PDE — Programa de Direção de Empresas pela AESE Business School

Pós-Graduação em Engenharia da Soldadura pelo Instituto de Soldadura e Qualidade

Atividade Profissional:

Desde 2019: Administrador do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal, E. P. E. (CP, E.P.E.)

2005 – 2019: Diretor do Departamento de Material do Porto na CP - Comboios de Portugal, E. P. E. (CP, E.P.E.)

2015: Responsável pela coordenação da soldadura na VESAM Engenharia, S.A.

2014: Responsável pelo processo de acompanhamento da atividade de coordenação de soldadura na JTSL — Soluções Técnicas Manutenção Metalomecânica, S.A.

1987 – 2012: Responsável da Obra — Enquadramento Equipas de Trabalho

2003 – 2004: Assessor do diretor do Departamento de Material Porto e responsável pelas áreas de operações e de técnica e pelo processo de garantia na CP, E.P.E.

1995 – 1999: Chefe do setor e responsável das oficinas de reparação de equipamentos na EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.

Vogal Dra. Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

Habilitações Académicas:

2021: Programa de Alta Direção de Empresas – PADE pela AESE Business School

2016: Mini MBA em Gestão realizado em contexto empresarial, pelo Professor Jorge Vasconcellos e Sá

2005: Pós-Graduação em Auditoria e Controlo de Gestão pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (U.C.P. Porto)

2002: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP)

Atividade Profissional:

Desde 2018: Administradora Executiva do Conselho de Administração da STCP, S.A.

2011 – 2017: Responsável pelo Controlo de Gestão do Grupo Base Holding

2008 – 2010: Desempenho de funções na área do Controlo de Gestão na entidade Botelho Moniz Análises Clínicas

2002 – 2008: Tax Sénior Consultant na empresa Ernst & Young

2001: Monitora da disciplina de Macroeconomia dos alunos provenientes dos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (PALOP) na Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Administradora Delegada Eng^a Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira

Habilitações Académicas:

Licenciatura em engenharia Civil na Universidade da Beira Interior

Pós-graduação em Avaliação Imobiliária

Frequência do curso de “Fiscalização de Obras” ministrado pelo IPAMB, 45 horas, cujos principais módulos se orientam para a qualidade da água, fiscalização e organização de obras e estaleiros.

Atividade Profissional:

Desde Novembro 2021: Vereadora e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Responsável pelos pelouros da Gestão Urbanística, Planeamento Urbano, Fundos Comunitários, Mobilidade Urbana e Transportes, Trânsito Urbano, Modernização Administrativa e Fiscalização Municipal.

2021 – 2020: Administradora-Delegada do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

2013 – 2020: Secretária Executiva da Área Metropolitana do Porto (AMP)

Responsável pelo encerramento do Programa de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana do Porto (PTD) do Quadro Comunitário ON2 no valor de 230 Milhões de euros e Gestora do PDCT 2020 (Programa de Desenvolvimento e Coesão Territorial), da AMP enquanto organismo intermedio, no valor de 139 milhões de euros. Presidente do órgão de administração / organismo intermédio da DLBC Costeira / Gal Litoral Norte da AMP com um valor de 5 milhões de euros.

Responsável pelas relações internacionais da Área Metropolitana do Porto e pelo acompanhamento de Candidaturas ao Interreg Europe, Europa para os Cidadãos, Urbact. No âmbito da mobilidade e transporte acompanhou a transição e integração da ATMP na AMP. É responsável pela implementação do PART (Programa de Apoio à Redução do Tarifário) e do acompanhamento do Concurso de Concessão dos Transportes Públicos Rodoviários. Exerce funções de Gestão Geral da AMP.

2009 – 2013: Vereadora na Câmara Municipal de Vila do Conde

Responsável pelos pelouros de Gestão Urbanística, Reabilitação Urbana, Juventude e Fundos Comunitários
Responsável pela gestão e programação do Teatro Municipal de Vila do Conde e responsável pela apresentação da candidatura aos prémios Novo Norte tendo sido vencedora da categoria Norte Civitas do premio global Novo Norte 2011. A referida candidatura foi ainda selecionada como uma das 5 finalistas na categoria City Stars do prémio Régio Stars promovido Pela Comissão Europeia.

2006 – 2009: Assessora na Câmara Municipal de Vila do Conde

Responsável pela gestão e fiscalização da Empreitada do Teatro Municipal de Vila do Conde bem como da gestão e programação do Teatro Municipal

Responsável pela gestão técnica e financeira das candidaturas a Fundos Comunitários do Município de Vila do Conde

2001 – 2005: Colaboradora da FASE - Estudos e Projetos S.A. na Unidade de Negócio Gestão de Empreendimentos, a exercer funções de Procura e Contratação na prestação de serviços da Gestão da Intervenção Polis Vila do Conde para SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VILA DO CONDE, S.A. , bem como na Gestão do Projeto das Novas Instalações da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e Faculdade de Farmácia, para a Reitoria da UNIVERSIDADE DO PORTO.

2000 – 2001: Sociedade PORTO 2001, S.A. a exercer funções de responsável de projeto, nomeadamente na elaboração e acompanhamento de candidaturas a Fundos Nacionais e Comunitários, articulando a componente técnica e financeira, nomeadamente ao IFT – Instituto de Financiamento ao Turismo, Programa Operacional da Região Norte (ON), Programa Operacional da Cultura (POC) e POLIS e na gestão e acompanhamento geral do Projeto de Requalificação Urbana da Baixa Portuense.

1999 – 2000: Associação de Municípios do Vale do Ave, a exercer funções de Técnica Superior em colaboração com o Gabinete de Apoio do Vale do Ave na conceção, acompanhamento e fiscalização de projetos de engenharia civil na área de saneamento básico no âmbito do SIDVA (Sistema de Despoluição do Vale do Ave) e na realização de diversos processos de concursos públicos

